



OP-145MR-20
CÓD.: 7891182031059

PM / CBM-PR - Polícia Militar do Estado do Paraná
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná

Soldado de 2ª Classe Policial Militar
Soldado de 2ª Classe Bombeiro Militar

Língua Portuguesa

As questões de Língua Portuguesa visam a averiguar a capacidade da candidata e do candidato, quanto: à apreensão do significado global dos textos;	01
ao estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais;	11
ao reconhecimento da função desempenhada por diferentes recursos gramaticais no texto, nos níveis fonológico, morfológico, sintático, semântico e textual/discursivo;	14
à apreensão dos efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos verbais e não verbais em textos de diferentes gêneros: tiras, quadrinhos, charges, gráficos, infográficos etc.;	34
à identificação das ideias expressas no texto, bem como de sua hierarquia (principal ou secundária) e das relações entre elas (oposição, restrição, causa/consequência, exemplificação etc.);	35
à análise da organização argumentativa do texto: identificação do ponto de vista (tese) do autor, reconhecimento e avaliação dos argumentos usados para fundamentá-lo;	44
à dedução de ideias e pontos de vista implícitos no texto;	51
ao reconhecimento das diferentes “vozes” dentro de um texto, bem como dos recursos linguísticos empregados para demarcá-las;	53
ao reconhecimento da posição do autor frente às informações apresentadas no texto (fato ou opinião; sério ou ridículo; concordância ou discordância etc.), bem como dos recursos linguísticos indicadores dessas avaliações;	56
à identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos;	57
à identificação dos recursos coesivos do texto (expressões, formas pronominais, relatores) e das relações de sentido que estabelecem;	64
ao domínio da variedade padrão escrita: normas de concordância, regência, ortografia, pontuação etc. ...	66
ao reconhecimento de relações estruturais e semânticas entre frases ou expressões;	87
à identificação, em textos de diferentes gêneros, das marcas linguísticas que singularizam as variedades linguísticas sociais, regionais ou de registro.	88

Raciocínio Matemático

1. Resolução de problemas numéricos, porcentagem, conjuntos e contagem.	01
2. Sistemas, equações e regra de três simples.	17
3. Área, volume e capacidade.	22
4. Cálculo da média, leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos.	28

Informática

1. Noções de Informática: conceitos básicos de operação com arquivos nos sistemas operacionais Windows 10 e Linux (Ubuntu versão 14 ou superior).	01
2. Noções consistentes de uso de Internet para a informação (Mozilla Firefox e Google Chrome) e correio eletrônico nos sistemas operacionais Windows 10 e Linux (Ubuntu versão 14 ou superior).	05

3. Noções de trabalho com computadores em rede interna, nos sistemas operacionais Windows 10 e Linux (Ubuntu versão 14 ou superior).	12
4. Noções de escrita e editoração de texto utilizando LibreOffice-Writer (versão 5.0.6 ou superior).	16
5. Noções de cálculo e organização de dados em planilhas eletrônicas utilizando o LibreOffice-Calc (versão 5.0.6 ou superior).	41
6. Noções, como usuário, do funcionamento de computadores e de periféricos (impressoras e digitalizadoras).	58
7. Noções, como usuário, dos sistemas operacionais Windows 10 e Linux (Ubuntu versão 14 ou superior).	65

História

1. Brasil Colônia. 1.1. Sistema colonial: sociedade do açúcar e da mineração. 1.2. Paraná: movimentos de ocupação do território. 1.3. A Família Real no Brasil (1808-1822).	01
2. Brasil Império. 2.1. Paraná: a dinâmica do tropeirismo. 2.2. Café: escravidão e trabalho livre. 2.3. A emancipação política do Paraná. 2.4. O ciclo da erva-mate. 2.5. A queda da monarquia.	04
3. Brasil República. 3.1. Implantação do regime republicano e conflitos sociais. 3.2. A Guerra do Contestado. 3.3. Política oligárquica e coronelismo. 3.4. A era Vargas: Estado, Trabalho e Cultura. 3.5. O Golpe Civil-Militar de 1964. 3.6. Movimentos de resistência à ditadura. 3.7. A abertura política. 3.8. A Nova República e as características do Estado Democrático de Direito estabelecidas pela Constituição de 1988. 3.8.1. Cidadania e movimentos sociais. 3.8.2. A questão da desigualdade e da inclusão social. 3.8.3. A Democracia e o papel das instituições de segurança pública.	11

Geografia

1. População e estruturação socioespacial em múltiplas escalas (Paraná, Brasil, Mundo). 1.1. Teorias e conceitos básicos em demografia e políticas demográficas. 1.2. Estrutura demográfica, distribuição da população e novos arranjos familiares. Movimentos, redes de migração e impactos econômicos, culturais e sociais dos deslocamentos populacionais. População, meio ambiente e riscos ambientais. 1.3. Transformação das relações de trabalho e economia informal. 1.4. Diversidade étnica e cultural da população. 1.5. Geografias das diferenças: questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais. 1.6. Espacialidades e identidades territoriais.	01
2. Estrutura produtiva, economia e regionalização do espaço em múltiplas escalas (Paraná, Brasil, Mundo). 2.1. O espaço geográfico na formação econômica capitalista. 2.2. Exploração e uso de recursos naturais. 2.3. Estrutura e dinâmica agrárias. 2.4. Industrialização, complexos industriais, concentração e desconcentração das atividades industriais. 2.5. Espacialidade do setor terciário: comércio, sistema financeiro. 2.6. Redes de transporte, energia e telecomunicações. 2.7. Processos de urbanização, produção, planejamento e estruturação do espaço urbano e metropolitano. 2.8. As relações rurais-urbanas, novas ruralidades e problemáticas socioambientais no campo e na cidade. 2.9. Evolução da estrutura fundiária, estrangeirização de terras, reforma agrária e movimentos sociais no campo. 2.10. Agronegócio: dinâmica produtiva, econômica e regional. 2.11. Povos e comunidades tradicionais e conflitos por terra e território no Brasil. 2.12. Produção e comercialização de alimentos, segurança, soberania alimentar e agroecologia.	10
3. Formação, estrutura e organização política do Brasil e do mundo contemporâneo. 3.1. Produção histórica e contemporânea do território no Brasil. 3.2. Federalismo, federação e divisão territorial no Brasil. 3.3.	

Formação e problemática contemporânea das fronteiras. 3.4. Conflitos geopolíticos emergentes: ambientais, sociais, religiosos e econômicos. 3.5. Ordem mundial e territórios supranacionais: blocos e fluxos econômicos e políticos, alianças militares e movimentos sociais internacionais. 3.6. Regionalização e a organização do novo sistema mundial. 3.7. Globalização: características, impactos negativos e positivos.	22
4. A representação do espaço terrestre. 4.1. A evolução das representações cartográficas e a introdução das novas tecnologias para o mapeamento, através do sensoriamento remoto (fotografias aéreas e imagens de satélite) e dos Sistemas de Posicionamento Terrestre (GPS). 4.2. As formas básicas de representação do espaço terrestre e das distribuições dos fenômenos geográficos (mapas, cartas, plantas e cartogramas). 4.3. Escalas, reconhecimento e cálculo. 4.4. Sistema de coordenadas geográficas e a orientação no espaço terrestre. 4.5. Projeções cartográficas. 4.6. Identificação dos principais elementos de uma representação cartográfica, leitura e interpretação de tabelas, gráficos, perfis, plantas, cartas, mapas e cartogramas.	32

Legislação

1. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e suas alterações. 1.1. Parte geral: Título I – Das Disposições Preliminares.	01
Título II – Dos Direitos Fundamentais: Capítulos I (Do Direito à Vida e à Saúde), II (Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade), III (Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária), IV (Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer) e V (Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.	01
Título III – Da Prevenção: Capítulo II, Seção I (Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos), Seção II (Dos Produtos e Serviços) e Seção III (Da Autorização para Viajar).	12
1.2. Parte Especial: Título III – Da Prática de Ato Infracional: Capítulos I (Disposições Gerais), II (Dos Direitos Individuais) e III (Das garantias processuais) e IV (Das Medidas Socioeducativas).	13
☒ Título IV – Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.	15
☒ Título V – Do Conselho Tutelar: Capítulos I (Disposições Gerais) e II (Das Atribuições do Conselho).	16



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



CONTEÚDO EXTRA

Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: www.apostilasopcao.com.br/extra



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A **Apostilas Opção** **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.



LÍNGUA PORTUGUESA

AS QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA VISAM A AVERIGUAR A CAPACIDADE DA CANDIDATA E DO CANDIDATO, QUANTO: À APREENSÃO DO SIGNIFICADO GLOBAL DOS TEXTOS;

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

- Leia lentamente o texto todo.
- No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.
- Releia o texto quantas vezes forem necessárias.
- Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.
- Sublinhe as ideias mais importantes.
- Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.
- Separe fatos de opiniões.
- O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

- Retorne ao texto sempre que necessário.
Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

- Reescreva o conteúdo lido.
Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levem ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

Questões

01. (Prefeitura de São José do Rio Preto - SP - Auditor Fiscal Tributário Municipal – FCC – 2019)

Custos da ciência

Peça a um congressista dos Estados Unidos para destinar um milhão de dólares adicional à Fundação Nacional da Ciência de seu país a fim de financiar pesquisas elementares, e ele, compreensivelmente, perguntará se o dinheiro não seria mais bem utilizado para financiar a capacitação de professores ou para conceder uma necessária isenção de impostos a uma fábrica em seu distrito que vem enfrentando dificuldades.

Para destinar recursos limitados, precisamos responder a perguntas do tipo “O que é mais importante?” e “O que é bom?”. E essas não são perguntas científicas. A ciência pode explicar o que existe no mundo, como as coisas funcionam e o que poderia haver no futuro. Por definição, não tem pretensões de saber o que deveria haver no futuro. Somente religiões e ideologias procuram responder a essas perguntas.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2018, p. 283)

No segundo parágrafo, o autor do texto

A) lembra que os procedimentos científicos não se confundem com projeções de valor religioso ou ideológico.

B) admite que a ideologia e a religião podem ser determinantes para a metodologia de projetos científicos.

C) postula que os valores subjetivos de determinada cultura podem ser parâmetros para a boa pesquisa acadêmica.

D) mostra que as perguntas feitas pela ciência, sendo as mesmas que fazem a religião e a ideologia, têm respostas distintas.

E) assegura que os achados de uma pesquisa científica não são necessariamente mais limitados que os da religião.

02. (Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ – Professor - Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ – 2019)

Texto I: As línguas do passado eram como as de hoje? (trecho)

Quando os linguistas afirmam que as línguas khoisan¹, ou as línguas indígenas americanas, são tão avançadas quanto as grandes línguas europeias, eles estão se referindo ao sistema linguístico. Todas as características fundamentais das línguas faladas no mundo afora são as mesmas. Cada língua tem um conjunto de sons distintivos que se combinam em palavras significativas. Cada língua tem modos de denotar noções gramaticais como pessoa (“eu, você, ela”), singular ou plural, presente ou passado etc. Cada língua tem regras que governam o modo como as palavras devem ser combinadas para formar enunciados completos.

T. JANSON (*A história das línguas: uma introdução. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015, p. 23*)

¹ Refere-se à família linguística africana cuja característica destacada nos estudos de linguagem se vincula à presença de cliques

O uso do pronome “cada” no texto pressupõe uma ideia de:

A) conjunto

B) tempo

C) dúvida

D) localização

03. (Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ – Professor - Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ- 2019)

Texto I: As línguas do passado eram como as de hoje? (trecho)

Quando os linguistas afirmam que as línguas khoisan¹, ou as línguas indígenas americanas, são tão avançadas quanto as grandes línguas europeias, eles estão se referindo ao sistema linguístico. Todas as características fundamentais das línguas faladas no mundo afora são as mesmas. Cada língua tem um conjunto de sons distintivos que se combinam em palavras significativas. Cada língua tem modos de denotar noções gramaticais como pessoa

(“eu, você, ela”), singular ou plural, presente ou passado etc. Cada língua tem regras que governam o modo como as palavras devem ser combinadas para formar enunciados completos.

T. JANSON (*A história das línguas: uma introdução. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015, p. 23*)

¹ Refere-se à família linguística africana cuja característica destacada nos estudos de linguagem se vincula à presença de cliques

Na discussão proposta, o autor adota uma concepção de língua fundamentada na abordagem:

A) prescritiva

B) estrutura

C) histórica

D) informal

04. (Prefeitura de Campinas - SP – Instrutor Surdo – VUNESP – 2019)



(Duke. Opinião ES, 01.06.2019.)

A charge apresenta

A) a distinção entre duas atitudes saudáveis.

B) a diferença entre duas posturas opostas

C) os resultados positivos de uma ação.

D) a comparação entre dois comportamentos semelhantes.

E) o impacto de cada ato isolado sobre o ambiente.

05. (Prefeitura de Campinas - SP – Agente Fiscal Tributário – VUNESP – 2019)

Redes antissociais

Para além do hábito, as redes sociais se transformaram em paixão. Toda paixão nos torna cegos, incapazes de ver o que nos cerca com bom senso, para não dizer lógica e racionalidade. Nesse momento de nossa experiência com as redes sociais, convém prestar atenção no seu caráter antissocial e psicopatológico. Ele é cada vez mais evidente.

O que estava escondido, aquilo que ficava oculto nas microrrelações, no âmbito das casas e das famílias, digamos que a neurose particular de cada um, tornou-se público. O termo neurose tem um caráter genérico e serve para apontar algum sofrimento psíquico. Há níveis de sofrimen-

to e suportabilidade por parte das pessoas. Buscar apoio psicológico para amenizar neuroses faz parte do histórico de todas as linhagens da medicina ao longo do tempo. Ela encontra nas redes sociais o seu lugar, pois toda neurose é um distúrbio que envolve algum aspecto relacional. As nossas neuroses têm, inevitavelmente, relação com o que somos em relação a outros. Assim como é o outro que nos perturba na neurose, é também ele que pode nos curar. Contudo, há muita neurose não tratada e ela também procura seu lugar.

A rede social poderia ter se tornado um lugar terapêutico para acolher as neuroses? Nesse sentido, poderia ser um lugar de apoio, um lugar que trouxesse alento e desenvolvimento emocional? Nas redes sociais, trata-se de convívios em grupo. Poderíamos pensar nelas no sentido potencial de terapias de grupo que fizessem bem a quem delas participa; no entanto, as redes sociais parecem mais favorecer uma espécie de “enlouquecimento coletivo”. Nesse sentido, o caráter antissocial das redes precisa ser analisado.

(Cult, junho de 2019)

Leia a charge.



(Chargista Lute. <https://www.hojeemdia.com.br>)

A partir da leitura do texto e da charge, é correto afirmar que

- A) as pessoas têm buscado apoio psicológico nas redes sociais.
- B) as relações pessoais e familiares se fortalecem nas redes sociais.
- C) as redes sociais têm promovido certo enlouquecimento coletivo.
- D) as redes sociais são lugares terapêuticos para acolher as neuroses.
- E) as pessoas vivem confusas e desagregadas sem as redes sociais.

06. (TJ-MA – Oficial de Justiça – FCC -2019)

[Os nomes e os lugares]

É sempre perigoso usar termos geográficos no discurso histórico. É preciso ter muita cautela, pois a cartografia dá um ar de espúria objetividade a termos que, com frequência, talvez geralmente, pertencem à política, ao reino dos programas, mais que à realidade. Historiadores e diploma-

tas sabem com que frequência a ideologia e a política se fazem passar por fatos. Rios, representados nos mapas por linhas claras, são transformados não apenas em fronteiras entre países, mas fronteiras “naturais”. Demarcações linguísticas justificam fronteiras estatais.

A própria escolha dos nomes nos mapas costuma criar para os cartógrafos a necessidade de tomar decisões políticas. Como devem chamar lugares ou características geográficas que já têm vários nomes, ou aqueles cujos nomes foram mudados oficialmente? Se for oferecida uma lista alternativa, que nomes são indicados como principais? Se os nomes mudaram, por quanto tempo devem os nomes antigos ser lembrados?

(HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 109)

Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do primeiro parágrafo do texto em:

- A) um ar de espúria objetividade = um aspecto de pretensa verdade.
- B) reino dos programas = domínio das ciências.
- C) se fazem passar por fatos = subestimam a potência do que é real.
- D) sabem com que frequência = conhecem o quanto é raro.
- E) demarcações linguísticas = atribuições da linguagem.

07. (TJ-MA – Técnico Judiciário – Técnico em Edificações – FCC -2019)

Como assistiremos a filmes daqui a 20 anos?

Com muitos cineastas trocando câmeras tradicionais por câmeras 360 (que capturam vistas de todos os ângulos), o momento atual do cinema é comparável aos primeiros anos intensamente experimentais dos filmes no final do século 19 e início do século 20.

Uma série de tecnologias em rápido desenvolvimento oferece um potencial incrível para o futuro dos filmes – como a realidade aumentada, a inteligência artificial e a capacidade cada vez maior de computadores de criar mundos digitais detalhados.

Como serão os filmes daqui a 20 anos? E como as histórias cinematográficas do futuro diferem das experiências disponíveis hoje? De acordo com o guru da realidade virtual e artista Chris Milk, os filmes do futuro oferecerão experiências imersivas sob medida. Eles serão capazes de “criar uma história em tempo real que é só para você, que satisfaça exclusivamente a você e o que você gosta ou não”, diz ele.

(Adaptado de: BUCKMASTER, Luke. Disponível em: www.bbc.com)

O pronome “Eles”, em destaque no 3º parágrafo, faz referência aos

- A) artistas individualistas do futuro.
- B) filmes da atualidade.

- C) espectadores do futuro.
- D) diretores hoje renomados.
- E) filmes do futuro.

08. (Prefeitura de Campinas - SP – Agente Administrativo – VUNESP – 2019)

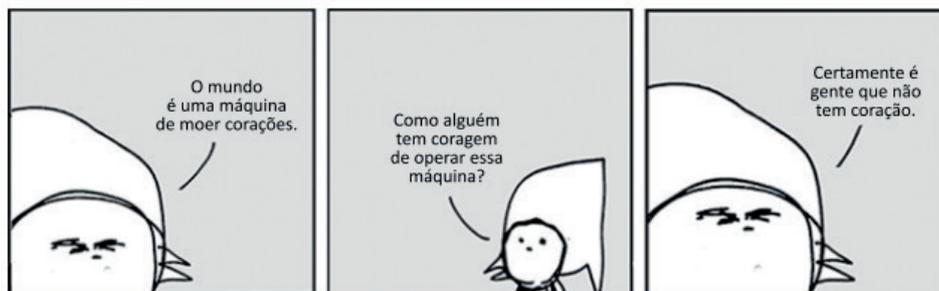


(André Dahmer, "Malvados". Folha de S.Paulo, 24.03.2019)

De acordo com a fala da personagem no último quadrinho, o diálogo

- A) contrapõe-se à tolerância.
- B) decorre da tolerância.
- C) depende da tolerância.
- D) aumenta a tolerância.
- E) abre espaço para a tolerância.

09. (Prefeitura de Itapevi - SP – Orientador Social – VUNESP – 2019)



(André Dahmer, Malvados. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br>. 15.01.2019)

No contexto da tira, emprega-se a frase

- A) "O mundo é uma máquina...", em sentido próprio, para fazer referência ao atual estágio de evolução tecnológica em que se encontra a humanidade.
- B) "... é uma máquina de moer corações.", em sentido figurado, para expressar a ideia de que, nas relações sociais, predominam o respeito e o altruísmo.
- C) "Como alguém tem coragem de operar...", em sentido figurado, para condenar a apatia de algumas pessoas em um contexto de transformações sociais.
- D) "Certamente é gente...", em sentido próprio, para negar que possam existir pessoas indiferentes ao fato de o mundo ser um ambiente hostil.
- E) "... gente que não tem coração.", em sentido figurado, para se referir à insensibilidade de pessoas cujas ações tornam o mundo um lugar opressivo.

Gabarito

01. A / 02. A / 03. B / 04. D / 05. C / 06. A / 07. E / 08. A / 09. E

TIPOLOGIA TEXTUAL

Descrever, narrar, dissertar

Tudo o que se escreve é redação. Elaboramos bilhetes, cartas, telegramas, respostas de questões discursivas, contos, crônicas, romances, empregando as modalidades redacionais ou tipos de composição: **descrição**, **narração** ou **dissertação**. Geralmente as modalidades redacionais aparecem combinadas entre si. Seja qual for o tipo de composição, a criação de um texto envolve **conteúdo** (nível de ideias, mensagem, assunto), **estrutura** (organização das ideias, distribuição adequada em introdução, desenvolvimento e conclusão), **linguagem** (expressividade, seleção de vocabulário) e **gramática** (norma da língua).

Narra-se o que tem história, o que é factual, o que acontece no tempo; afinal, o narrador só conta o que viu acontecer, o que lhe contaram como tendo acontecido ou aquilo que ele próprio criou para acontecer.

Descreve-se o que tem sensorialidade e, principalmente, perceptibilidade; afinal, o descrevedor é um discriminador de sensações. Assim, descreve-se o que se vê ou imagina-se ver, o que se ouve ou imagina-se ouvir, o que se pega ou imagina-se pegar, o que se prova gustativamente ou imagina-se provar, o que se cheira ou imagina-se cheirar. Em outras palavras, descreve-se o que tem linhas, forma, volume, cor, tamanho, espessura, consistência, cheiro, gosto etc. Sentimentos e sensações também podem ser caracterizados pela descrição (exemplos: paixão abrasadora, raiva surda).

Disserta-se sobre o que pode ser discutido; o dissertador trabalha com ideias, para montar juízos e raciocínios.

Descrição

A descrição procura apresentar, com palavras, a imagem de seres animados ou inanimados — em seus traços mais peculiares e marcantes —, captados através dos cinco sentidos. A caracterização desses entes obedece a uma delimitação espacial.

O quarto respirava todo um ar triste de desmazelo e boemia. Fazia má impressão estar ali: o vômito de Amâncio secava-se no chão, azedando o ambiente; a louça, que servia ao último jantar, ainda coberta pela gordura coalhada, aparecia dentro de uma lata abominável, cheia de contusões e roída de ferrugem. Uma banquinha, encostada à parede, dizia com seu frio aspecto desarranjado que alguém estivera aí a trabalhar durante a noite, até que se extinguiu a vela, cujas últimas gotas de estearina se derramavam melancolicamente pelas bordas de um frasco vazio de xarope Larose, que lhe fizera as vezes de castiçal.

(Aluísio Azevedo)

Narração

A **narração** constitui uma sequência temporal de ações desencadeadas por personagens envoltas numa trama que culmina num clímax e que, geralmente, esclarecesse no desfecho.

Ouvimos passos no corredor; era D. Fortunata. Capitu compôsse depressa, tão depressa que, quando a mãe apontou à porta, ela abanava a cabeça e ria. Nenhum laivo amarelo, nenhuma contração de acanhamento, um riso espontâneo e claro, que ela explicou por estas palavras alegres:

— *Mamãe, olhe como este senhor cabeleireiro me penteou; pediu-me para acabar o penteado, e fez isto. Veja que tranças!*

— *Que tem? acudiu a mãe, transbordando de benevolência. Está muito bem, ninguém dirá que é de pessoa que não sabe pentear.*

— *O quê, mamãe? Isto? redarguiu Capitu, desfazendo as tranças. Ora, mamãe!*

E com um enfadamento gracioso e voluntário que às vezes tinha, pegou do pente e alisou os cabelos para renovar o penteado. D. Fortunata chamou-lhe tonta, e disse-lhe que não fizesse caso, não era nada, maluquices da filha. Olhava com ternura para mim e para ela. Depois, parece-me que desconfiou. Vendo-me calado, enfiado, cosido à parede, achou talvez que houvera entre nós algo mais que penteado, e sorriu por dissimulação...

(Machado de Assis)

O narrador conta fatos que ocorrem no tempo, recordando, imaginando ou vendo... O descrevedor caracteriza entes localizados no espaço. Para isso, basta sentir, perceber e, principalmente, ver. O dissertador expõe juízos estruturados racionalmente.

A trama narrativa apreende a ocorrência na sua dinâmica temporal. O processo descritivo suspende o tempo e capta o ente na sua espacialidade atemporal. A estrutura dissertativa articula ideias, relaciona juízos, monta raciocínios e engendra teses.

O texto narrativo é caracterizado pelos verbos nocionais (ações, fenômenos e movimentos); o descritivo, pelos verbos relacionais (estados, qualidades e condições) ou pela ausência de verbos; o dissertativo, indiferentemente, pelos verbos nocionais e/ou relacionais.

Dissertação

A dissertação consiste na exposição lógica de ideias discutidas com criticidade por meio de argumentos bem fundamentados.

Homens e livros

Monteiro Lobato dizia que um país se faz com homens e livros. O Brasil tem homens e livros. O problema é o preço. A vida humana está valendo muito pouco, já as cifras cobradas por livros exorbitam.



RACIOÍNIO MATEMÁTICO

1. RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NUMÉRICOS, PORCENTAGEM, CONJUNTOS E CONTAGEM.

Números Naturais

Os números naturais são o modelo matemático necessário para efetuar uma contagem.

Começando por zero e acrescentando sempre uma unidade, obtemos os elementos dos números naturais:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

A construção dos Números Naturais

- Todo número natural dado tem um sucessor (número que vem depois do número dado), considerando também o zero.

Exemplos: Seja m um número natural.

- a) O sucessor de m é m+1.
- b) O sucessor de 0 é 1.
- c) O sucessor de 1 é 2.
- d) O sucessor de 19 é 20.

- Se um número natural é sucessor de outro, então os dois números juntos são chamados números consecutivos.

Exemplos:

- a) 1 e 2 são números consecutivos.
- b) 5 e 6 são números consecutivos.
- c) 50 e 51 são números consecutivos.

- Vários números formam uma coleção de números naturais consecutivos se o segundo é sucessor do primeiro, o terceiro é sucessor do segundo, o quarto é sucessor do terceiro e assim sucessivamente.

Exemplos:

- a) 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 são consecutivos.
- b) 5, 6 e 7 **são consecutivos**.
- c) 50, 51, 52 e 53 são consecutivos.

- Todo número natural dado N, exceto o zero, tem um antecessor (número que vem antes do número dado).

Exemplos: Se m é um número natural finito diferente de zero.

- a) O antecessor do número m é m-1.
- b) O antecessor de 2 é 1.
- c) O antecessor de 56 é 55.
- d) O antecessor de 10 é 9.

Subconjuntos de \mathbb{N}

Vale lembrar que um asterisco, colocado junto à letra que simboliza um conjunto, significa que o zero foi excluído de tal conjunto.

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, \dots\}$$

NÚMEROS ORDINAIS

Os **números ordinais** são tipos de numerais utilizados para indicar uma ordem ou hierarquia numa dada sequência. Ou seja, eles indicam a posição ou lugar que algo ou alguém ocupa numa série ou conjunto.

São muito utilizados em competições esportivas, para indicar andares de edifícios, tópicos de uma lista, as partes de algo, artigos de lei, decretos, capítulos de obra, indicação de séculos, dentre outros.

Lista de Números Ordinais

Segue abaixo uma lista dos números ordinais e os termos escritos por extenso.

Número	Nomenclatura
1.º	primeiro
2.º	segundo
3.º	terceiro
4.º	quarto
5.º	quinto
6.º	sexto
7.º	sétimo
8.º	oitavo
9.º	nono
10.º	décimo
11.º	décimo primeiro ou undécimo
12.º	décimo segundo ou duodécimo
13.º	décimo terceiro
14.º	décimo quarto
15.º	décimo quinto
16.º	décimo sexto
17.º	décimo sétimo
18.º	décimo oitavo
19.º	décimo nono
20.º	vigésimo
21.º	vigésimo primeiro
22.º	vigésimo segundo
23.º	vigésimo terceiro
24.º	vigésimo quarto
25.º	vigésimo quinto
26.º	vigésimo sexto
27.º	vigésimo sétimo
28.º	vigésimo oitavo
29.º	vigésimo nono
30.º	trigésimo

Número	Nomenclatura
40.º	quadragésimo
50.º	quingagésimo
60.º	sexagésimo
70.º	septuagésimo ou setuagésimo
80.º	octogésimo
90.º	nonagésimo
100.º	centésimo
200.º	ducentésimo
300.º	trecentésimo ou tricentésimo
400.º	quadringentésimo
500.º	quingentésimo
600.º	sexcentésimo ou seiscentésimo
700.º	septingentésimo ou setingentésimo
800.º	octingentésimo ou octogentésimo
900.º	noningentésimo ou nongentésimo
1.000.º	milésimo
10.000.º	décimo milésimo
100.000.º	centésimo milésimo
1.000.000.º	milionésimo
1.000.000.000.º	bilionésimo
1.000.000.000.000.º	trilionésimo
1.000.000.000.000.000.º	quatrilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.º	quintilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.º	Sextilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.º	Septilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.000.º	Octilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.000.000.º	Nonilionésimo
1.000.000.000.000.000.000.000.000.000.000.000.º	Decilionésimo

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/numeros-ordinais/>

NÚMEROS REAIS

O conjunto dos **números reais** R é uma expansão do conjunto dos números racionais que engloba não só os inteiros e os fracionários, positivos e negativos, mas também todos os números irracionais.

Os números reais são números usados para representar uma quantidade contínua (incluindo o zero e os negativos). Pode-se pensar num número real como uma fração decimal possivelmente infinita, como 3,141592(...). Os números reais têm uma correspondência biunívoca com os pontos de uma reta.

Denomina-se corpo dos números reais a coleção dos elementos pertencentes à conclusão dos racionais, formado pelo corpo de frações associado aos inteiros (números racionais) e a norma associada ao infinito.

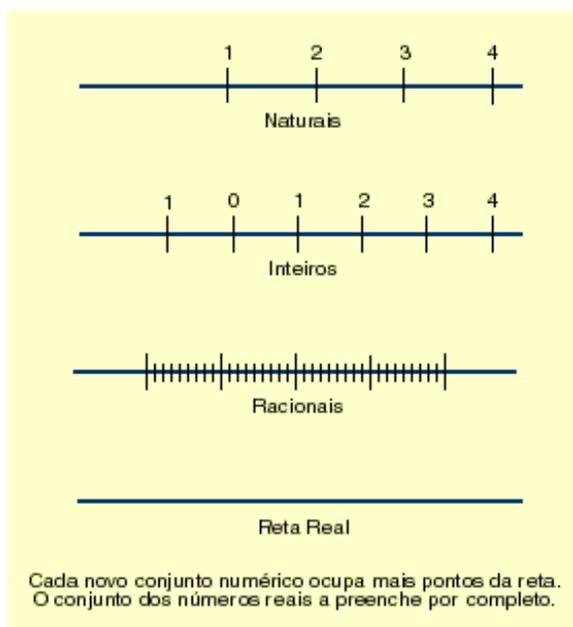
Existem também outras conclusões dos racionais, uma para cada número primo p , chamadas números pádicos. O corpo dos números pádicos é formado pelos racionais e a norma associada a p !

Propriedade

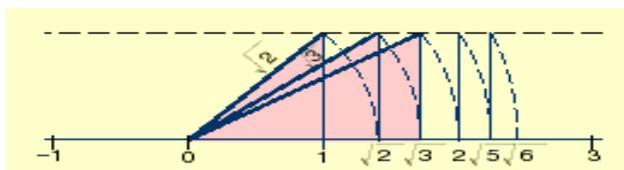
O conjunto dos números reais com as operações binárias de soma e produto e com a relação natural de ordem formam um corpo ordenado. Além das propriedades de um corpo ordenado, R tem a seguinte propriedade: Se R for dividido em dois conjuntos (uma partição) A e B , de modo que todo elemento de A é menor que todo elemento de B , então existe um elemento x que *separa* os dois conjuntos, ou seja, x é maior ou igual a todo elemento de A e menor ou igual a todo elemento de B .

$$\forall A, B, (R = A \cup B \wedge (\forall a \in A, b \in B, (a < b))) \Rightarrow (\exists x, (\forall a \in A, b \in B \Rightarrow a \leq x \leq b))$$

Ao conjunto formado pelos números Irracionais e pelos números Racionais chamamos de conjunto dos números Reais. Ao unirmos o conjunto dos números Irracionais com o conjunto dos números Racionais, formando o conjunto dos números Reais, todas as distâncias representadas por eles sobre uma reta preenchem-na por completo; isto é, ocupam todos os seus pontos. Por isso, essa reta é denominada reta Real.



Podemos concluir que na representação dos números Reais sobre uma reta, dados uma origem e uma unidade, a cada ponto da reta corresponde um número Real e a cada número Real corresponde um ponto na reta.



Ordenação dos números Reais

A representação dos números Reais permite definir uma relação de ordem entre eles. Os números Reais positivos são maiores que zero e os negativos, menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números Reais **a** e **b**,

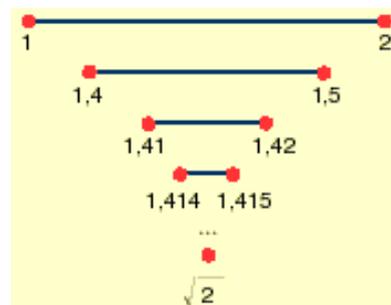
$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$

Exemplo:
 $-15 \leq 5 \leftrightarrow 5 - (-15) \geq 0$
 $5 + 15 \geq 0$

Propriedades da relação de ordem

- Reflexiva: $a \leq a$
- Transitiva: $a \leq b$ e $b \leq c \rightarrow a \leq c$
- Anti-simétrica: $a \leq b$ e $b \leq a \rightarrow a = b$
- Ordem total: $a < b$ ou $b < a$ ou $a = b$

Expressão aproximada dos números Reais



Os números Irracionais possuem infinitos algarismos decimais não-periódicos. As operações com esta classe de números sempre produzem erros quando não se utilizam todos os algarismos decimais. Por outro lado, é impossível utilizar todos eles nos cálculos. Por isso, somos obrigados a usar aproximações, isto é, cortamos o decimal em algum lugar e desprezamos os algarismos restantes. Os algarismos escolhidos serão uma aproximação do número Real. Observe como tomamos a aproximação de $\sqrt{2}$ do número nas tabelas.

	Aproximação por			
	Falta		Excesso	
Erro menor que	$\sqrt{2}$	π	$\sqrt{2}$	π
1 unidade	1	3	2	4
1 décimo	1,4	3,1	1,5	3,2
1 centésimo	1,41	3,14	1,42	3,15
1 milésimo	1,414	3,141	1,415	3,142
1 décimo de milésimo	1,4142	3,1415	1,4134	3,1416

Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma sucessão de intervalos fixos que determinam um número Real. É assim que vamos trabalhar as operações adição, subtração, multiplicação e divisão. Relacionamos, em seguida, uma série de recomendações úteis para operar com números Reais:

- Vamos tomar a aproximação por falta.
- Se quisermos ter uma ideia do erro cometido, escolhamos o mesmo número de casas decimais em ambos os números.
- Se utilizamos uma calculadora, devemos usar a aproximação máxima admitida pela máquina (o maior número de casas decimais).
- Quando operamos com números Reais, devemos fazer constar o erro de aproximação ou o número de casas decimais.
- É importante adquirirmos a ideia de aproximação em função da necessidade. Por exemplo, para desenhar o projeto de uma casa, basta tomar medidas com um erro de centésimo.

- Em geral, para obter uma aproximação de **n** casas decimais, devemos trabalhar com números Reais aproximados, isto é, com **n + 1** casas decimais.

Para colocar em prática o que foi exposto, vamos fazer as quatro operações indicadas: adição, subtração, multiplicação e divisão com dois números Irracionais.

$$\sqrt{2} = 1,41421 \dots$$

$$\sqrt{3} = 1,73205 \dots$$

Valor Absoluto

Como vimos, o **erro** pode ser:

- Por **excesso**: neste caso, consideramos o erro positivo.

- Por **falta**: neste caso, consideramos o erro negativo.

Quando o erro é dado sem sinal, diz-se que está dado em valor absoluto. O valor absoluto de um número **a** é designado por **|a|** e coincide com o número positivo, se for positivo, e com seu oposto, se for negativo.

Exemplo: Um livro nos custou 8,50 reais. Pagamos com uma nota de 10 reais. Se nos devolve 1,60 real de troco, o vendedor cometeu um erro de +10 centavos. Ao contrário, se nos devolve 1,40 real, o erro cometido é de 10 centavos.

Figura 8	APROXIMAÇÃO	POR EXCESSO	POR FALTA
Soma de números reais: $\sqrt{2} + \sqrt{3}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} + \sqrt{2}$	3,1464	3,1462
	erro máximo	0,0002	0,0002
Subtração de números reais: $\sqrt{3} - \sqrt{2}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} - \sqrt{2}$	0,3178	0,3178
	erro máximo	0,0000	0,0000
Multiplicação de números reais: $\sqrt{3} \times \sqrt{2}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} \times \sqrt{2}$	2,4497	2,4493
	erro máximo	0,0004	0,0004
Divisão de números reais: $\sqrt{3} \div \sqrt{2}$	$\sqrt{2}$	1,4143	1,4142
	$\sqrt{3}$	1,7321	1,7320
	$\sqrt{3} \div \sqrt{2}$	1,2247	1,2247
	erro máximo	0,0000	0,0000

QUESTÕES

1 - (SABESP – APRENDIZ – FCC/2012) Um comerciante tem 8 prateleiras em seu empório para organizar os produtos de limpeza. Adquiriu 100 caixas desses produtos com 20 unidades cada uma, sendo que a quantidade total de unidades compradas será distribuída igualmente entre essas prateleiras. Desse modo, cada prateleira receberá um número de unidades, desses produtos, igual a

- A) 40
- B) 50
- C) 100
- D) 160
- E) 250

2 - (CÂMARA DE CANITAR/SP – RECEPCIONISTA – INDEC/2013) Em uma banca de revistas existem um total de 870 exemplares dos mais variados temas. Metade das revistas é da editora A, dentre as demais, um terço são publicações antigas. Qual o número de exemplares que não são da Editora A e nem são antigas?

- A) 320
- B) 290
- C) 435
- D) 145

3 - (TRT 6ª – TÉCNICO JUDICIÁRIO- ADMINISTRATIVA – FCC/2012) Em uma praia chamava a atenção um catador de cocos (a água do coco já havia sido retirada). Ele só pegava cocos inteiros e agia da seguinte maneira: o primeiro coco ele coloca inteiro de um lado; o segundo ele dividia ao meio e colocava as metades em outro lado; o terceiro coco ele dividia em três partes iguais e colocava os terços de coco em um terceiro lugar, diferente dos outros lugares; o quarto coco ele dividia em quatro partes iguais e colocava os quartos de coco em um quarto lugar diferente dos outros lugares. No quinto coco agia como se fosse o primeiro coco e colocava inteiro de um lado, o seguinte dividia ao meio, o seguinte em três partes iguais, o seguinte em quatro partes iguais e seguia na sequência: inteiro, meios, três partes iguais, quatro partes iguais. Fez isso com exatamente 59 cocos quando alguém disse ao catador: eu quero três quintos dos seus terços de coco e metade dos seus quartos de coco. O catador consentiu e deu para a pessoa

- A) 52 pedaços de coco.
- B) 55 pedaços de coco.
- C) 59 pedaços de coco.
- D) 98 pedaços de coco.
- E) 101 pedaços de coco.

4 - (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014) A mãe do Vitor fez um bolo e repartiu em 24 pedaços, todos de mesmo tamanho. A mãe e o pai comeram juntos, $\frac{1}{4}$ do bolo. O Vitor e a sua irmã comeram, cada um deles, $\frac{1}{4}$ do bolo. Quantos pedaços de bolo sobraram?

- A) 4
- B) 6
- C) 8
- D) 10
- E) 12

5 - (UEM/PR – AUXILIAR OPERACIONAL – UEM/2014) Paulo recebeu R\$1.000,00 de salário. Ele gastou $\frac{1}{4}$ do salário com aluguel da casa e $\frac{3}{5}$ do salário com outras despesas. Do salário que Paulo recebeu, quantos reais ainda restam?

- A) R\$ 120,00
- B) R\$ 150,00
- C) R\$ 180,00
- D) R\$ 210,00
- E) R\$ 240,00

6 - (UFABC/SP – TECNÓLOGO-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – VUNESP/2013) Um jardineiro preencheu parcialmente, com água, 3 baldes com capacidade de 15 litros cada um. O primeiro balde foi preenchido com $\frac{2}{3}$ de sua capacidade, o segundo com $\frac{3}{5}$ da capacidade, e o terceiro, com um volume correspondente à média dos volumes dos outros dois baldes. A soma dos volumes de água nos três baldes, em litros, é

- A) 27.
- B) 27,5.
- C) 28.
- D) 28,5.
- E) 29.

7 - (UFOP/MG – ADMINISTRADOR DE EDIFÍCIOS – UFOP/2013) Uma pessoa caminha 5 minutos em ritmo normal e, em seguida, 2 minutos em ritmo acelerado e, assim, sucessivamente, sempre intercalando os ritmos da caminhada (5 minutos normais e 2 minutos acelerados). A caminhada foi iniciada em ritmo normal, e foi interrompida após 55 minutos do início.

O tempo que essa pessoa caminhou aceleradamente foi:

- A) 6 minutos
- B) 10 minutos
- C) 15 minutos
- D) 20 minutos

8 - (PREF. IMARUÍ – AGENTE EDUCADOR – PREF. IMARUÍ/2014) Sobre o conjunto dos números reais é CORRETO dizer:

- A) O conjunto dos números reais reúne somente os números racionais.
- B) \mathbb{R}^* é o conjunto dos números reais não negativos.
- C) Sendo $A = \{-1,0\}$, os elementos do conjunto A não são números reais.
- D) As dízimas não periódicas são números reais.

9 - (TJ/SP - AUXILIAR DE SAÚDE JUDICIÁRIO - AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL – VUNESP/2013) Para numerar as páginas de um livro, uma impressora gasta 0,001 mL por cada algarismo impresso. Por exemplo, para numerar as páginas 7, 58 e 290 gasta-se, respectivamente, 0,001 mL, 0,002 mL e 0,003 mL de tinta. O total de tinta que será gasto para numerar da página 1 até a página 1 000 de um livro, em mL, será

- A) 1,111.
- B) 2,003.
- C) 2,893.
- D) 1,003.
- E) 2,561.

10 - (BNDES – TÉCNICO ADMINISTRATIVO – CESGRANRIO/2013) Gilberto levava no bolso três moedas de R\$ 0,50, cinco de R\$ 0,10 e quatro de R\$ 0,25. Gilberto retirou do bolso oito dessas moedas, dando quatro para cada filho.

A diferença entre as quantias recebidas pelos dois filhos de Gilberto é de, no máximo,

- A) R\$ 0,45
- B) R\$ 0,90
- C) R\$ 1,10
- D) R\$ 1,15
- E) R\$ 1,35

RESPOSTAS

1 - RESPOSTA: “E”.

Total de unidades: $100 \cdot 20 = 2000$ unidades

$$\frac{2000}{8} = 250 \text{ unidades em cada prateleira.}$$

2 - RESPOSTA: “B”.

editora A: $870/2 = 435$ revistas

publicações antigas: $435/3 = 145$ revistas

$$435 + 145 = 580$$

$$870 - 580 = 290$$

O número de exemplares que não são da Editora A e nem são antigas são 290.



INFORMÁTICA

1. NOÇÕES DE INFORMÁTICA: CONCEITOS BÁSICOS DE OPERAÇÃO COM ARQUIVOS NOS SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS 10 E LINUX (UBUNTU VERSÃO 14 OU SUPERIOR).

Windows 10

O Windows 10 é uma atualização do Windows 8 que veio para tentar manter o monopólio da Microsoft no mundo dos Sistemas Operacionais, uma das suas missões é ficar com um visual mais de smart e touch.



Figura 21:Tela do Windows 10

O Windows 10 é disponibilizado nas seguintes versões (com destaque para as duas primeiras):

Windows 10 – É a versão de “entrada” do Windows 10, que possui a maioria dos recursos do sistema. É voltada para Desktops e Laptops, incluindo o tablete Microsoft Surface 3.

Windows 10 Pro – Além dos recursos da versão de entrada, fornece proteção de dados avançada e criptografada com o BitLocker, permite a hospedagem de uma Conexão de Área de Trabalho Remota em um computador, trabalhar com máquinas virtuais, e permite o ingresso em um domínio para realizar conexões a uma rede corporativa.

Windows 10 Enterprise – Baseada na versão 10 Pro, é disponibilizada por meio do Licenciamento por Volume, voltado a empresas.

Windows 10 Education – Baseada na versão Enterprise, é destinada a atender as necessidades do meio educacional. Também tem seu método de distribuição baseado através da versão acadêmica de licenciamento de volume.

Windows 10 Mobile – Embora o Windows 10 tente vender seu nome fantasia como um sistema operacional único, os smartphones com o Windows 10 possuem uma versão específica do sistema operacional compatível com tais dispositivos.

Windows 10 Mobile Enterprise – Projetado para smartphones e tablets do setor corporativo. Também estará disponível através do Licenciamento por Volume, oferecendo as mesmas vantagens do Windows 10 Mobile com funcionalidades direcionadas para o mercado corporativo.

Windows 10 IoT Core – IoT vem da expressão “Internet das Coisas” (Internet of Things). A Microsoft anunciou que haverá edições do Windows 10 baseadas no Enterprise e

Mobile Enterprise destinados a dispositivos como caixas eletrônicas, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais. Essa versão IoT Core será destinada para dispositivos pequenos e de baixo custo.

Para as versões mais populares (10 e 10 Pro), a Microsoft indica como requisitos básicos dos computadores:

- Processador de 1 Ghz ou superior;
- 1 GB de RAM (para 32bits); 2GB de RAM (para 64bits);
- Até 20GB de espaço disponível em disco rígido;
- Placa de vídeo com resolução de tela de 800×600 ou maior.

LINUX

O Linux é um sistema operacional inicialmente baseado em comandos, mas que vem desenvolvendo ambientes gráficos de estruturas e uso similares ao do Windows. Apesar desses ambientes gráficos serem cada vez mais adotados, os comandos do Linux ainda são largamente empregados, sendo importante seu conhecimento e estudo.

Outro termo muito usado quando tratamos do Linux é o *kernel*, que é uma parte do sistema operacional que faz a ligação entre *software* e máquina, é a camada de *software* mais próxima do *hardware*, considerado o núcleo do sistema. O Linux teve início com o desenvolvimento de um pequeno *kernel*, desenvolvido por Linus Torvalds, em 1991, quando era apenas um estudante finlandês. Ao *kernel* que Linus desenvolveu, deu o nome de Linux. Como o *kernel* é capaz de fazer gerenciamentos primários básicos e essenciais para o funcionamento da máquina, foi necessário desenvolver módulos específicos para atender várias necessidades, como por exemplo um módulo capaz de utilizar uma placa de rede ou de vídeo lançada no mercado ou até uma interface gráfica como a que usamos no Windows.

Uma forma de atender a necessidade de comunicação entre *kernel* e aplicativo é a chamada do sistema (*System Call*), que é uma interface entre um aplicativo de espaço de usuário e um serviço que o *kernel* fornece.

Como o serviço é fornecido no *kernel*, uma chamada direta não pode ser executada; em vez disso, você deve utilizar um processo de cruzamento do limite de espaço do usuário/*kernel*.

No Linux também existem diferentes run levels de operação. O run level de uma inicialização padrão é o de número 2.

Como o Linux também é conhecido por ser um sistema operacional que ainda usa muitos comandos digitados, não poderíamos deixar de falar sobre o Shell, que é justamente o programa que permite ao usuário digitar comandos que sejam inteligíveis pelo sistema operacional e executem funções.

No MS DOS, por exemplo, o Shell era o *command.com*, através do qual podíamos usar comandos como o *dir*, *cd* e outros. No Linux, o Shell mais usado é o *Bash*, que, para usuários comuns, aparece com o símbolo \$, e para o *root*, aparece como símbolo #.

Temos também os termos usuário e superusuário. Enquanto ao usuário é dada a permissão de utilização de comandos simples, ao superusuário é permitido configurar quais comandos os usuários podem usar, se eles podem apenas ver ou também alterar e gravar diretórios, ou seja, ele atua como o administrador do sistema. O diretório padrão que contém os programas utilizados pelo superusuário para o gerenciamento e a manutenção do sistema é o **/sbin**.

/bin - Comandos utilizados durante o boot e por usuários comuns.

/sbin - Como os comandos do /bin, só que não são utilizados pelos usuários comuns.

Por esse motivo, o diretório sbin é chamado de superusuário, pois existem comandos que só podem ser utilizados nesse diretório. É como se quem estivesse no diretório sbin fosse o administrador do sistema, com permissões especiais de inclusões, exclusões e alterações.

Comandos básicos

Iniciaremos agora o estudo sobre vários comandos que podemos usar no Shell do Linux:

- addgroup - adiciona grupos
- adduser - adiciona usuários
- apropos - realiza pesquisa por palavra ou string
- cat - mostra o conteúdo de um arquivo binário ou texto
- cd - entra num diretório (exemplo: cd docs) ou retorna para home

cd <pasta> - vai para a pasta especificada. exemplo: cd /usr/bin/

- chfn - altera informação relativa a um utilizador
- chmod - altera as permissões de arquivos ou diretórios. É um comando para manipulação de arquivos e diretórios que muda as permissões para acesso àqueles. por exemplo, um diretório que poderia ser de escrita e leitura, pode passar a ser apenas leitura, impedindo que seu conteúdo seja alterado.

- chown - altera a propriedade de arquivos e pastas (dono)

- clear - limpa a tela do terminal
- cmd>>txt - adiciona o resultado do comando (cmd) ao fim do arquivo (txt)

- cp - copia diretórios 'cp -r' copia recursivamente
- df - reporta o uso do espaço em disco do sistema de arquivos

- dig - testa a configuração do servidor DNS
- dmesg - exibe as mensagens da inicialização (log)

- du - exibe estado de ocupação dos discos/partições
- du -msh - mostra o tamanho do diretório em megabytes

- env - mostra variáveis do sistema
- exit - sair do terminal ou de uma sessão de root.

- /etc - É o diretório onde ficam os arquivos de configuração do sistema

- /etc/skel - É o diretório onde fica o padrão de arquivos para o diretório Home de novos usuários.

- fdisk -l - mostra a lista de partições.
- find - comando de busca ex: find ~/ -cmin -3

- find - busca arquivos no disco rígido.
- halt -p - desligar o computador.

- head - mostra as primeiras 10 linhas de um arquivo

- history - mostra o histórico de comandos dados no terminal.

- ifconfig - mostra as interfaces de redes ativas e as interfaces relacionadas a cada uma delas

- iptraf - analisador de tráfego da rede com interface gráfica baseada em diálogos

- kill - manda um sinal para um processo. Os sinais SIGTERM e SIGKILL encerram o processo.

- kill -9 xxx - mata o processo de número xxx.
- killall - manda um sinal para todos os processos.

- less - mostra o conteúdo de um arquivo de texto com controle

- ls - listar o conteúdo do diretório
- ls -alh - mostra o conteúdo detalhado do diretório

- ls -ltr - mostra os arquivos no formato longo (l) em ordem inversa (r) de data (t)

- man - mostra informações sobre um comando
- mkdir - cria um diretório. É um comando utilizado na raiz do Linux para a criação de novos diretórios.

Na imagem a seguir, no prompt ftp, foi criado o diretório chamado "myfolder".

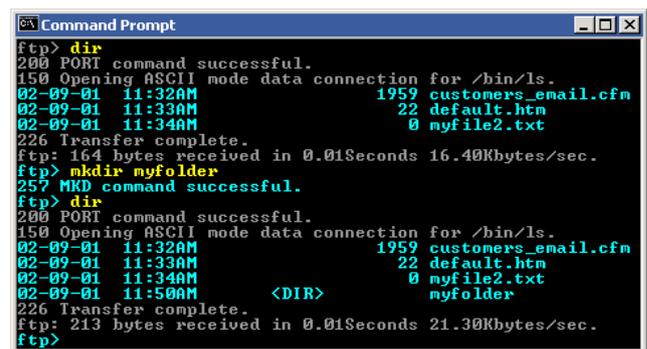


Figura 22: Prompt "ftp"

- mount - montar partições em algum lugar do sistema.
- mtr - mostra rota até determinado IP

- mv - move ou renomeia arquivos e diretórios
- nano - editor de textos básico.

- nfs - sistema de arquivos nativo do sistema operacional Linux, para o compartilhamento de recursos pela rede

- netstat - exibe as portas e protocolos abertos no sistema.

- nmap - lista as portas de sistemas remotos/locais atrás de portas abertas.

- nslookup - consultas a serviços DNS
- ntsysv - exibe e configura os processos de inicialização

- passwd - modifica senha (password) de usuários
- ps - mostra os processos correntes

- ps -aux - mostra todos os processos correntes no sistema

- ps -e - lista os processos abertos no sistema.
- pwd - exibe o local do diretório atual. o prompt padrão do Linux exibe apenas o último nome do caminho do diretório atual. para exibir o caminho completo do diretório atual digite o comando pwd. Linux@fedora11 - é a versão do

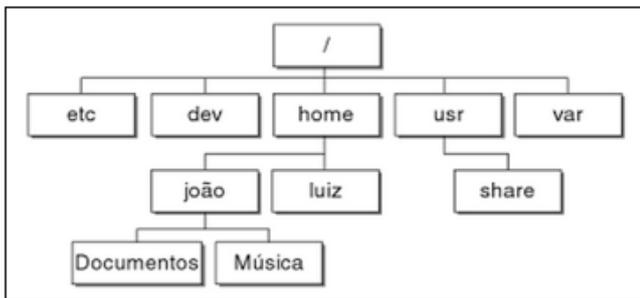


Figura 24: Linux – Fonte: O Livro Oficial do Ubuntu

As principais pastas do Linux são:

- /etc - possui os arquivos gerais de configuração do sistema e dos programas instalados.
- /home – cada conta de usuário possui um diretório salvo na pasta home.
- /boot – arquivos de carregamento do sistema, incluindo configuração do gerenciador de boot e o kernel.
- /dev – onde ficam as entradas das placas de dispositivos como rede, som, impressoras.
- /lib – bibliotecas do sistema.
- /media – possui a instalação de dispositivos como drive de CD, pen drives e outros.
- /opt – usado por desenvolvedores de programas.
- /proc – armazena informações sobre o estado atual do sistema.
- /root – diretório do superusuário.

O gerenciamento de arquivos e diretórios, ou seja, copiar, mover, recortar e colar pode ser feito, julgando que estamos usando o Nautilus, da seguinte forma:

- Copiar: clique com o botão direito do mouse sobre o arquivo ou diretório. O conteúdo será movido para a área de transferência, mas o original permanecerá no local.
- Recortar: clique com o botão direito do mouse sobre o arquivo ou diretório. O conteúdo será movido para a área de transferência, sendo removido do seu local de origem.
- Colar: clique com o botão direito do mouse no local desejado e depois em colar. O conteúdo da área de transferência será colado.

Outra forma é deixar a janela do local de origem do arquivo aberta e abrir outra com o local de destino. Pressionar o botão esquerdo do mouse sobre o arquivo desejado e movê-lo para o destino.

Instalar, remover e atualizar programas

Para instalar ou remover um programa, considerando o Linux Ubuntu, podemos utilizar a ferramenta Adicionar/Remover Aplicações, que possibilita a busca de drives pela Internet. Esta ferramenta é encontrada no menu Aplicações, Adicionar/Remover.

Na parte superior da janela encontramos uma linha de busca, na qual podemos digitar o termo do aplicativo desejado. Ao lado da linha de pesquisa temos a configuração de mostrar apenas os itens suportados pelo Ubuntu.

O lado esquerdo lista todas as categorias de programas. Quando uma categoria é selecionada sua descrição é mostrada na parte de baixo da janela. Como exemplos de categorias podemos citar: Acessórios, Educacionais, Jogos, Gráficos, Internet, entre outros.

Manipulação de hardware e dispositivos

A manipulação de hardware e dispositivos pode ser feita no menu Locais, Computador, através do qual acessamos a lista de dispositivos em execução. A maioria dos dispositivos de hardware instalados no Linux Ubuntu são simplesmente instalados. Quando se trata de um pen drive, após sua conexão física, aparecerá uma janela do gerenciador de arquivos exibindo o conteúdo do dispositivo. É importante, porém, lembrar-se de desmontar corretamente os dispositivos de armazenamento e outros antes de encerrar seu uso. No caso do pen drive, podemos clicar com o botão direito do mouse sobre o ícone localizado na área de trabalho e depois em Desmontar.

Agendamento de tarefas

O agendamento de tarefas no Linux Ubuntu é realizado pelo agendador de tarefas chamado cron, que permite estipular horários e intervalos para que tarefas sejam executadas. Ele permite detalhar comandos, data e hora que ficam em um arquivo chamado crontab, arquivo de texto que armazena a lista de comandos a serem acionados no horário e data estipulados.

Administração de usuários e grupos no Linux

Antes de iniciarmos, entendamos dois termos:

- superusuário: é o administrador do sistema. Ele tem acesso e permissão para executar todos os comandos.
- usuário comum: tem as permissões configuradas pelo superusuário para o grupo em que se encontra.

Um usuário pode fazer parte de vários grupos e um grupo pode ter vários usuários. Dessa forma, podemos atribuir permissões aos grupos e colocar o usuário que desejamos que tenha determinada permissão no grupo correspondente.

Comandos básicos para grupos

- Para criar grupos: sudo groupadd nomegrupo
- Para criar um usuário no grupo: sudo useradd -g nomegrupo nomeusuario
- Definir senha para o usuário: sudo password nomeusuario
- Remover usuário do sistema: sudo userdel nomeusuario

Permissões no Linux

Vale lembrar que apenas o superusuário (root) tem acesso irrestrito aos conteúdos do sistema. Os outros dependem de sua permissão para executar comandos. As

permissões podem ser sobre tipo do arquivo, permissões do proprietário, permissões do grupo e permissões para os outros usuários.

Diretórios são designados com a letra 'd' e arquivos comuns com o '-'.

Alguns dos comandos utilizados em permissões são:

ls -l Lista diretórios e suas permissões rw- permissões do proprietário do grupo

r- permissões do grupo ao qual o usuário pertence r-

-permissão para os outros usuários

As permissões do Linux são: leitura, escrita e execução.

- Leitura: (r, de Read) permite que o usuário apenas veja, ou seja, leia o arquivo.

- Gravação, ou escrita: (w, de Write) o usuário pode criar e alterar arquivos.

- Execução: (x, de eXecution) o usuário pode executar arquivos.

Quando a permissão é acompanhada com o '-', significa que ela não é atribuída ao usuário.

Compactação e descompactação de arquivos

Comandos básicos para compactação e descompactação de arquivos:

gunzip [opções] [arquivos] descompacta arquivos compactados com gzip.

gzexe [opções] [arquivos] compacta executáveis.

gunzip [opções] [arquivos] descompacta arquivos. **zcat [opções] [arquivos]** descompacta arquivos.

Backup

Comandos básicos para backups

tar agrupa vários arquivos em somente um.

compress faz a compressão de arquivos padrão do Unix.

uncompress descomprime arquivos compactados pelo compress.

zcat permite visualizar arquivos compactados pelo compress.

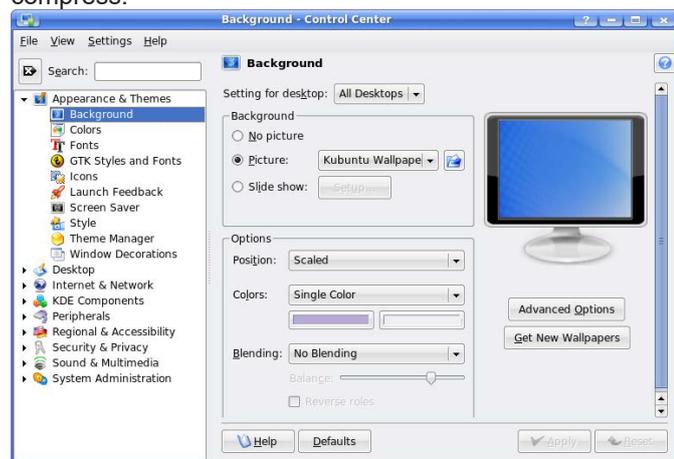


Figura 25: Centro de controle do KDE imagem obtida de http://pt.wikibooks.org/wiki/Linux_para_iniciantes/A_interface_gr%C3%A1fica_KDE

Como no Painel de controle do Windows, temos o centro de controle do KDE, que nos permite personalizar toda a parte gráfica, fontes, temas, ícones, estilos, área de trabalho e ainda Internet, periféricos, acessibilidade, segurança e privacidade, som e configurações para o administrador do sistema.

2. NOÇÕES CONSISTENTES DE USO DE INTERNET PARA A INFORMAÇÃO (MOZILA FIREFOX E GOOGLE CHROME) E CORREIO ELETRÔNICO NOS SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS 10 E LINUX (UBUNTU VERSÃO 14 OU SUPERIOR).

Conceito de Internet

O objetivo inicial da Internet era atender necessidades militares, facilitando a comunicação. A agência norte-americana ARPA – ADVANCED RESEARCH AND PROJECTS AGENCY e o Departamento de Defesa americano, na década de 60, criaram um projeto que pudesse conectar os computadores de departamentos de pesquisas e bases militares, para que, caso um desses pontos sofresse algum tipo de ataque, as informações e comunicação não seriam totalmente perdidas, pois estariam salvas em outros pontos estratégicos.

O projeto inicial, chamado ARPANET, usava uma conexão a longa distância e possibilitava que as mensagens fossem fragmentadas e endereçadas ao seu computador de destino. O percurso entre o emissor e o receptor da informação poderia ser realizado por várias rotas, assim, caso algum ponto no trajeto fosse destruído, os dados poderiam seguir por outro caminho garantindo a entrega da informação, é importante mencionar que a maior distância entre um ponto e outro, era de 450 quilômetros. No começo dos anos 80, essa tecnologia rompeu as barreiras de distância, passando a interligar e favorecer a troca de informações de computadores de universidades dos EUA e de outros países, criando assim uma rede (NET) internacional (INTER), consequentemente seu nome passa a ser, INTERNET.

A evolução não parava, além de atingir fronteiras continentais, os computadores pessoais evoluíram em forte escala alcançando forte potencial comercial, a Internet deixou de conectar apenas computadores de universidades, passou a conectar empresas e, enfim, usuários domésticos. Na década de 90, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil trouxeram a Internet para os centros acadêmicos e comerciais. Essa tecnologia rapidamente foi tomando conta de todos os setores sociais até atingir a amplitude de sua difusão nos tempos atuais.

Um marco que é importante frisar é o surgimento do WWW que foi a possibilidade da criação da interface gráfica deixando a internet ainda mais interessante e vantajosa, pois até então, só era possível a existência de textos.

Para garantir a comunicação entre o remetente e o destinatário o americano Vinton Gray Cerf, conhecido como o pai da internet criou os protocolos TCP/IP, que são protocolos de comunicação. O TCP – TRANSMISSION CONTROL



HISTÓRIA

1. BRASIL COLÔNIA. 1.1. SISTEMA COLONIAL: SOCIEDADE DO AÇÚCAR E DA MINERAÇÃO. 1.2. PARANÁ: MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO. 1.3. A FAMÍLIA REAL NO BRASIL (1808-1822).

(1530-1822) - Descobrimto: Após a formação do Estado Nacional Português e a consolidação do absolutismo da Dinastia de Avis, os portugueses investiram em navegação, construindo a Escola de Sagres (fundada pelo Infante D. Henrique, que tinha a influência dos judeus (cartografia) e árabes (astrolábio)), iniciando o processo de Expansão Marítima portuguesa que ficou chamada de pioneirismo português. Vinha bem a calhar encontrar outro caminho para as Índias, atrás das especiarias (noz moscada, canela, cravo e pimenta), pois o Mar Mediterrâneo estava monopolizado pelos Genoveses e Venezianos, impedindo as embarcações estrangeiras de navegar livremente, acontece que até 1453, nem mesmo os italianos puderam navegar, pois os Turcos Invadiram Constantinopla e fecharam a rota dos italianos. Mas os Portugueses já estavam cada vez mais atingindo o Sul da África, chegando ao cabo da Boa Esperança (cabo das Tormentas), Bartolomeu Dias abriu o trajeto para as Índias e conseqüentemente veio Vasco da Gama nas Índias em 1498. A Expedição de Vasco deu tanto lucro (60x) e o El Rei D. Manoel enviou a expedição cabralina em 9 de março de 1500, com o dobro de navetas. Percebe-se o objetivo econômico da expedição. Os marinheiros destacavam-se por serem "cristãos - novos" (judeus convertidos ao catolicismo) Pedro Álvares Cabral é o capitão-mor da expedição, o escrivão Pero Vaz de Caminha descreve, não ter visto nem ouro nem prata, e percebe-se o aproveitamento da terra para agricultura "dar-se a nela tudo pelo bem das águas que tem", além de observar a necessidade de "salvar" os selvagens, relacionando a uma preocupação religiosa do escrivão. A Expedição Cabralina não deu lucro. Mas foi sempre lembrada, como mostra as poesias de Fernando Pessoa.

Período pré-colonial: esses trinta anos destacaram-se pelas expedições de reconhecimento, e comercial (houve um acordo liderado pelo comerciante Fernão de Noronha para monopolizar o pau Brasil) e das Expedições Guarda Costas, comandadas por Cristóvão Jacques, defendendo a terra dos piratas, corsários e estrangeiros que já exploravam o pau-brasil. Nesse período viviam somente indígenas na Ilha de Santa Catarina, mais tarde, na segunda metade, do século XVI, surgiram alguns cristãos, como Melchior, Ramirez e Enrique Montez.

Colonização: Nesse período destacamos a exploração do pau Brasil, onde os portugueses e franceses utilizavam a mão de obra indígena, utilizando o escambo (troca de mercadorias). Martim Afonso de Souza fundou a Vila de São Vicente e introduziu a cana-de-açúcar no Brasil. Iniciou o processo conhecido por Capitânicas Hereditárias, dividindo o Brasil em vários lotes de terra e distribuídas aos donatários. As únicas que prosperaram foram a de São Vicente e

Pernambuco. O donatário da Capitania de Sant'Ana (onde hoje está o Estado de Santa Catarina) era Pero Lopes de Souza. Houve a criação do Governo-Geral para administrar a Colônia, em destaque Tomé de Sousa e Mem de Sá. Vinda dos Jesuítas da Companhia de Jesus, instituição católica criada na Contrarreforma, iniciaram as fundações de vilas como São Paulo de Piratininga (Pde. José de Anchieta) e Rio de Janeiro (Estácio de Sá). Houve a Confederação dos Tamoios, onde os índios aliaram-se até com os Franceses para expulsar os portugueses do Brasil. Não teve resultados, pois a maioria dos indígenas estavam influenciados pelos jesuítas. O resultado foi a derrota dos tamoios e a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

Os Franceses tinham tentado invadir o Brasil fundando a França Antártica na Guanabara, mas foram expulsos por Estácio de Sá. Portugal acabou ficando sem herdeiro, e o rei Filipe da Espanha anexa os reinos, formando o domínio Espanhol (1580-1640), nessa fase, as terras de São Paulo são invadidas pelos Bandeirantes, realizando entradas e bandeiras. Geralmente eram financiados particularmente, sem apoio do rei. Não tinham normas nem leis, somente uma hierarquia militarizada.

Grupos indígenas de destaque¹

Tupis: habitavam principalmente o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. Ocuparam também trechos do interior do país. Entre as tribos que formavam esta nação, destacam-se: os tupinambás, os tupiniquins, os mundurucus e os parintintins.

Jês ou tapuias: comparado aos outros grupos, era o que se encontrava no mais atrasado estágio de desenvolvimento. Dominavam todo o planalto central; na região que corresponde atualmente ao oeste de Minas Gerais, o Estado de Goiás e do Mato Grosso. Eram encontradas algumas tribos também no Maranhão e no Piauí. Entre suas principais tribos destacam-se: timbiras, aimorés, goitacás, cariris, carijós e caiapós.

Aruak: O grupo Aruak ocupava uma extensa zona geográfica compreendida em parte do Amazonas e a ilha de Marajó. Fora do território brasileiro localizavam-se desde a Bolívia até a costa setentrional da Venezuela, para o Norte chegaram até a Flórida e para o Sul atingiram a região do Paraguai. Eram considerados excelentes navegadores e em estágio bem adiantado de desenvolvimento possuindo agricultura organizada. As principais tribos Aruak em nosso país eram: aruás, parecis, paumaris, cunibos, guanás e terenos.

Karib: O grupo Karib destacou-se como o grupo mais violento. Ocupavam a região do baixo Amazonas e parte do território do Amapá e Roraima. Em razão da prática da antropofagia, eram chamados canibais. Destacam-se: palmelas, pimenteiras, nauquás, bocairis, cotos, mariquitares e crixamas.

¹ "Descobrimto do Brasil - As relações familiares" em Só História. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 23/03/2020. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/descobrimto/p4.php>

Organização social dos índios: Os costumes dos tupis ou tupinambás são os mais conhecidos em razão dos registros feitos pelos jesuítas e os viajantes estrangeiros durante o Período Colonial. O mesmo, entretanto, não ocorreu com os tapuias, avaliados pelos colonizadores como o exemplo máximo da barbárie e selvageria.

Os índios vivem em tribos. Organização de um grupo de pessoas ligadas entre si por laços de sangue, com costumes e interesses comuns. Constroem sua aldeia em uma mesma área, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e união entre si.

Os Tupis moravam em malocas. Cada grupo local ou “tribo” tupinambá era composta de cerca de 6 a 8 malocas. A população dessas tribos girava em torno de 200 indivíduos, podendo atingir até 600.

As formas de organização das aldeias indígenas são distintas de um povo para outro. Algumas tribos preferem construir suas aldeias em forma de ferradura; já outras optam pela forma circular; outros, ainda, constroem uma única habitação coletiva.

A primeira fase foi o aprisionamento de índios, onde destacamos a figura de Raposo Tavares (era comum, a invasão de Reduções Jesuíticas, para aprisionar índios para escravizá-los. A igreja condenava a escravidão indígena, mas aceitava a negra), a segunda fase é a busca do ouro, onde podemos lembrar de Bartolomeu Bueno (Anhangueira) e Fernão Dias (o caçador de esmeraldas) e a terceira, o Sertanismo de contrato, onde o mais famoso é Domingos Jorge Velho, que foi contratado para matar Zumbi dos Palmares no Nordeste. Geralmente nessa última fase, os bandeirantes dedicavam-se principalmente, a pecuária. (Desterro (atual Florianópolis) foi fundada por um Bandeirante chamado Francisco Dias Velho, geralmente partiam de S. Vicente, por isso eram chamados de “Povoamento Vicentistas”). Após as descobertas das minas em Minas Gerais, houve uma super emigração para as minas e o bandeirismo foi chegando ao fim. No nordeste, houve as Invasões holandesas, primeiro em 1624 houve uma invasão na Bahia, que foi frustrada pelos portugueses, depois em 1630 os holandeses tomaram Pernambuco e implantaram um sistema de exploração do açúcar modernizando e estruturando a economia açucareira, destacamos a figura de Maurício de Nassau, como um governador tolerante com as dívidas dos senhores de engenho (o açúcar era plantado em grande escala no nordeste (solo de massapê), havia grandes latifúndios, monocultura e mão de obra escrava, a sociedade era patriarcal e não existia mobilidade social. O açúcar era produzido no Engenho, e também havia a criação de gados (pecuária) e economia de subsistência dos escravos), após a saída de Nassau, os holandeses exigiram o pagamento das dívidas dos senhores de engenho, resultou numa revolta conhecida como Insurreição Pernambucana, reunindo tropas de índios (Felipe Camarão) negros (Henrique Dias), colonos e senhores de engenho, resulta na expulsão dos holandeses do Brasil. Nessa época, também surgiu o Quilombo de Palmares, que reuniu grupos de negros que fugiam dos engenhos, onde criaram uma comunidade no nordeste liderada por Ganga Zumba e Zumbi, este acabou sendo assassinado pelo bandeirante contratado para des-

truir o quilombo. Os escravos eram considerados propriedades dos senhores, como simples instrumento de trabalho, ele deveria trabalhar para o sustento de seu dono. Em Santa Catarina, os portugueses tentavam defender a Ilha de Santa Catarina das invasões dos estrangeiros, principalmente, os espanhóis. Assim, foram construídas as fortalezas (Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonas) pelo engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina. Com a descobertas das minas de ouro em Minas Gerais, ocorreram muitas revoltas que foram chamadas de nativistas. pois lutavam por melhorias das colônias, mas não tinham pretensão de separar ou propor a independência do Brasil. A primeira ocorreu pela disputa e posse das minas entre os “paulistas” que eram os colonos e os “forasteiros” que eram os portugueses, chamados de “Emboabas”, esse conflito ficou conhecido por Guerra dos Emboabas. Também ocorreu uma revolta urbana em Vila Rica, onde Filipe dos Santos, denunciou as casas de fundição que exigiam a transformação das pepitas de ouro em barras, e derretiam as pepitas, mas espalhavam o ouro derretido. Filipe dos Santos fez diversas denúncias, mobilizou o povo de minas, mas acabou sendo condenado brutalmente pela coroa portuguesa, foi conhecida como Revolta de Filipe dos Santos. Em Minas Gerais, orgulham-se da história de Chico Rei, um ex-escravo que havia conseguido tornar-se proprietário de uma mina e a partir dela conseguia alforria para os escravos que trabalhavam por lá. Outras revoltas nativistas que ocorreram no Brasil foram: Revolta dos Beckman, que ocorreu no Maranhão, onde os senhores de Engenho revoltaram-se contra o monopólio de Portugal sobre a colônia, exigiram um maior fornecimento de escravos, chegaram a invadir uma missão indígena e tentaram escravizar alguns índios. A coroa portuguesa reagiu com força contra os revoltosos. Em Pernambuco ocorreu a Guerra dos Mascates, quando os mascates de Recife travam uma briga com os senhores de engenho de Olinda. Este fato resultou na emancipação de Recife. Em São Paulo, os paulistas expulsaram os jesuítas e criaram um rei para a vila, foi a Aclamação a Amador Bueno. Isso era só o começo, pois o que estava por vir iria abalar a coroa portuguesa, com a Inconfidência Mineira 1789 e a Conjuração Baiana 1798. Essas duas queriam a independência do Brasil. Também pudera, Portugal havia criado uma cobrança de 14 arrobas de ouro por ano, quem não pagava era decretada a derrama, uma espécie de penhora, que arrancava tudo dos fazendeiros e mineiros. Então, em Minas Gerais, surgiram ideias de liberdade, principalmente vinda da elite, reuniam-se secretamente e sugeriam a possibilidade de um golpe de separação, o líder era Tiradentes, a conspiração deu errado, pois foram acusados e condenados, porém apenas Tiradentes foi morto. Na Bahia, o líder da Conjuração Baiana era João de Deus, um negro que movimentou uma revolta que resultaria na independência do Brasil, a coroa reagiu rapidamente contra o povo. Diferente de Minas Gerais, a Conjuração Baiana havia participação popular, e queriam a abolição dos escravos, já em Minas, havia somente uma conspiração armada pela elite. Nessa época, os açorianos vieram para Santa Catarina, eles viviam num

estado de pobreza na ilha dos Açores, no entanto Portugal queria povoar mais o Brasil, para isso, a coroa prometeu aos açorianos utensílios, como ferramentas e animais. Após esse episódio, a coroa portuguesa fugiu de Portugal, por causa da ameaça de Napoleão, D. João VI, o Príncipe regente não queria cortar relações com a Inglaterra, e planejaram a fuga, vieram ao Brasil, instalaram-se no Rio de Janeiro, esse episódio foi conhecido como a vinda da Família Real ao Brasil.

Paraná: movimentos de ocupação do território²

A primeira fase da ocupação do território paranaense ocorreu do litoral em direção ao Terceiro Planalto. Nos primeiros anos do século XVI, a região sul ficou relegada a um plano secundário na colonização portuguesa em terras brasileiras, pois os interesses da corte estavam voltados para as zonas produtoras de cana-de-açúcar.

Os primeiros registros cartográficos portugueses que indicam o Paraná foram feitos em torno do ano de 1570 e apontam a região de Paranaguá, Guaraqueçaba e Cananéia, na Capitania de São Vicente. De acordo com o geógrafo e pesquisador Reinhard Maack, deportados e naufragos das expedições portuguesas de 1501 a 1503 se estabeleceram no território paranaense. "Partindo de Cananéia, os portugueses ocuparam primeiramente a Ilha da Cotinha, na Baía de Paranaguá, tendo iniciado, com isto, a conquista do estado do Paraná. Os portugueses também se apoderaram das terras circundantes da Baía como esfera de interesse da Coroa de Portugal" (DUARTE, 2009). No final do mesmo século, bandeirantes de São Vicente, Santos e São Paulo passaram a organizar expedições para caçar os índios carijós nos territórios hoje paranaense e catarinense.

Em 1640 Gabriel de Lara fundou a vila de Paranaguá e, de acordo com os registros feitos em São Paulo, de 27 de novembro de 1649, foi o primeiro a registrar a existência de ouro na cidade. A partir dessa notícia, teve início a ocupação dessa região a fim de garantir a posse das minas encontradas e das que poderiam ser descobertas. Além de Paranaguá, os estudos de Romário Martins (1907) apontaram os vales do Ribeira, Iguape e Cubatão como principais zonas de penetração de mineradores e pesquisadores no caminho para o planalto.

Em 1670, acontece a instalação da Real Casa de Fundação em Paranaguá (FERREIRA, 1954). Por cerca de 200 anos, o ouro foi uma maldição para os portugueses que viviam no Brasil, eles o buscavam sem parar, às vezes o encontravam e em muitas ocasiões não encontravam nada. Mas foi graças a essa busca incessante pelo metal que o Paraná foi fundado.

De Paranaguá, Gabriel de Lara subiu ao planalto, em direção ao chamado Arraial de Cima, em busca de ouro e, por volta de 1648, fundou a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Dessa forma, Curitiba nasceu das povoações provenientes da expansão de Paranaguá e, em 1693, recebeu o predicamento de vila.

2 <http://www.historia.seed.pr.gov.br>

Até a descoberta dos garimpos de Vila Rica em Minas Gerais, em torno de 1680, a produção de ouro, que nunca chegou a ser grande, foi totalmente concentrada na Capitania de São Vicente, no território que hoje é o Paraná. No entanto, quando o ouro deixou de ser um sonho de riquezas, o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba passaram a ser uma única base geográfica para uma mesma comunidade paranaense. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 39).

Com o início do ciclo do ouro em Minas Gerais, uma forte migração ocorreu levando grandes levas da população e relegando a região do Paraná ao esquecimento. Essas mudanças trouxeram graves consequências sociais e econômicas, mas graças a ela conseguimos traçar a importância da atividade mineradora para a região durante o século XVII. A presença dos garimpeiros, que se fixaram na região, ajudou no processo de povoamento e de domínio territorial. A aprendizagem e a experiência adquirida com a mineração por quase um século, fez do Paraná uma espécie de protótipo para que se desenvolvesse a tecnologia necessária a essa atividade. E permitiu que depois ela fosse aplicada em outras regiões.

A atividade de mineração representa um dos mais importantes papéis na história do Brasil. A busca por ouro e prata é justificada por causa das proibições em relação a outros tipos de mineração, à produção de sal e à metalurgia. Essas atividades eram consideradas crimes, e muitas delas puníveis com a morte.

Das vilas criadas nessa época originadas pela mineração, podemos citar: as localidades de Bateias e Ouro Fino, cujos nomes expressam imediatamente a importância desse período nessa região.

A Família Real no Brasil (1808-1822)³

A vinda da família Real para o Brasil contribuiu para a antecipação da tão esperada Independência do Brasil. Quando instalada no país, a família portuguesa implementou avanços percebidos até hoje na economia e cultura brasileira.

Na época, Portugal dependia da Inglaterra. Essa dependência era financeira e política. Não respeitando o Bloqueio Continental, a família real foi orientada pelo Lord Strangford (embaixador inglês) a mudar seu governo português para o Brasil.

O objetivo de Napoleão era dominar o Império Português. Percebendo que isso poderia acontecer a qualquer momento, o Príncipe-Regente D. João, resolveu acatar o conselho de Lord Strangford. O príncipe queria garantir que, posteriormente, Portugal conseguisse a Independência.

Foi acordado que os guardas ingleses protegessem a Corte Portuguesa e garantiriam que chegando ao Brasil o governo português teria legitimidade. Em troca, a Ilha da Madeira seria da Inglaterra enquanto durasse a guerra com os franceses. Os ingleses também teriam direito a utilizar os portos do Brasil.

3 <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/a-vinda-da-familia-real-para-o-brasil>

Com o objetivo de ocupar Portugal, a França aliou-se com a Espanha e, juntos, fizeram o Tratado de Fontainebleau. O tratado era para permitir o traslado das tropas da França pelos limites das terras espanholas. Em contrapartida, a Espanha poderia ficar com sua “fatia” de terras portuguesas.

Em novembro de 1807, ocorreu o embarque para a vinda da família Real para o Brasil antes da invasão de Portugal pelas tropas francesas.

Com a vinda da família Real para o Brasil, Portugal tinha a oportunidade de continuar seu comércio com os países em que mantinha aliança. Essa manobra era para conservar seu reinado e seu capital.

Napoleão foi pego de surpresa e ao chegar em Lisboa, afim de tomá-la para si, como mencionado anteriormente, encontrou uma monarquia falida, sem riquezas e desestruturada.

A vinda da família Real para o Brasil ocorreu em condições insalubres de viagem e durou 54 dias. O príncipe governante chegou a Salvador no dia 22 de janeiro de 1808.

Ainda na capital baiana, Dom João disponibilizou os portos brasileiros às nações amigas, possibilitando que embarcações estrangeiras comercializassem com liberdade nos portos do Brasil. Essa medida impactou positivamente na economia do país.

De Salvador, a comitiva seguiu para o Rio de Janeiro, desembarcando em 08 de março de 1808. Nesse momento, a cidade carioca se transformou na capital do cortejo português.

A História Antes da Vinda da Família Real para o Brasil

Para contextualizar a vinda da família Real para o Brasil, é importante mencionar que no início do século XIX, a França e a Inglaterra eram países capitalistas industriais. Já Portugal, ainda era um país mercantilista.

Posto isso, Portugal era dependente da Inglaterra econômica e politicamente. Essa dependência é caracterizada pelo Tratado de Methuen (Panos e Vinhos). O tratado em questão foi assinado em 1703 e consistia no consumo de têxteis pelos portugueses e no consumo de vinho pelos britânicos.

Nesse período, a França era governada por Napoleão Bonaparte, o qual defendia os interesses da burguesia francesa. Ele almejava arruinar a Inglaterra. Os dois países entram em conflito e a Inglaterra vence. Com isso, a França reage.

Cerca de 14 anos de disputas. A França era detentora de todo território terrestre e os ingleses ficavam com a parte marítima. Isso foi evidenciado pela Batalha de Trafalgar, em 1805 (disputa naval da França - juntamente com a Espanha - contra o Reino Unido).

Fica evidente que Napoleão possuía hegemonia sobre todo o continente, com exceção da Grã-Bretanha.

A partir daí, Napoleão Bonaparte estabelece o Bloqueio Continental, em 1806, em Berlim, a fim de “matar” a economia britânica. Com isso, ele proíbe o contato comercial com o Reino Unido pelos países dominados por ele.

Caso quisessem arriscar, os países que não acatassem o Bloqueio Continental, seriam submetidos a invasão pelas tropas francesas.

Benfeitorias da Estadia Portuguesa no Brasil

A vinda da família Real para o Brasil acarretou em mudanças extremas. Permanecendo por um mês na Bahia, fez melhorias na região.

Com a chegada da família, criou-se a Junta do Comércio e a Escola de Cirurgia (que depois virou a Faculdade de Medicina do Estado). Eles também inseriram o Passeio Público e as obras do Teatro São João, que após sua conclusão, tornou-se a casa de espetáculos mais respeitada e renomada do país.

Com a vinda da família Real para o Brasil, também se criou o Museu da Biblioteca Nacional, Imprensa régia, o Banco do Brasil, a Academia Militar e da Marinha e a Academia de Belas Artes. Todas essas criações dão frutos até hoje e causaram impacto positivo na vida dos brasileiros.

Além dessas, outras medidas culturais também foram adotadas pela família portuguesa, como:

- Fundação do Observatório Astronômico;
- Concepção de cursos;
- Missão Artística Francesa (que estimulou o desenvolvimento das artes);
- Biblioteca Real;
- Concepção da Escola Real de Artes e do Teatro Real de São João.

2. BRASIL IMPÉRIO. 2.1. PARANÁ: A DINÂMICA DO TROPEIRISMO. 2.2. CAFÉ: ESCRAVIDÃO E TRABALHO LIVRE. 2.3. A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO PARANÁ. 2.4. O CICLO DA ERVA-MATE. 2.5. A QUEDA DA MONARQUIA.

(1822-1889) Antecedentes: junto com a família real, veio uma porção de artistas e intelectuais. D. João VI decretou a abertura dos portos, liberou as manufaturas, elaborou o projeto do Jardim Botânico e fundou o Banco do Brasil. Seu filho príncipe D. Pedro I estava sendo preparado para assumir o trono português. Após a morte de Maria Louca e o Congresso de Viena. O Brasil tornou-se reino em 1815 Com a Revolução Liberal em Portugal D. João VI voltou à Portugal e deixou como regente no Brasil, seu filho D. Pedro I. Portugal exigiu a volta de D. Pedro I para Portugal, porém, ele estava apoiado pelo povo e enfrentou as tropas portuguesas e decidiu ficar no Brasil. Era o Dia do Fico.

Independência: Quando Portugal enviou uma mensagem exigindo que o Brasil deveria depender absolutamente se Portugal, D. Pedro I entendeu que eles não confiavam nele como regente, era um simples bedel, então ele decidiu tornar o Brasil independente logo depois que recebeu a mensagem São Paulo, em 1822. Não foi um ato isolado, como podemos ver, foi um processo que levou até a independência, surgiu devagar, desde as revoltas nativistas, até as incondições, mas foi marcada pelo espírito liberal da maçonaria, que foi importante nesse processo. No entanto, ocorreram diversas reações contrárias a Independência do Brasil, algumas províncias não reconheceram a independência, como Bahia, Pará e Cisplatina. Em Santa Catarina, as vilas litorâneas comemoraram a independência. O Primeiro Reinado teve início, um pouco conturbado, pois logo

que D. Pedro I percebeu que o congresso queria “controlá-lo” fechou-o, e em seguida criou uma Constituição, a Constituição de 1824 onde somente a população absolutamente melhor de vida poderia votar (voto censitário), além do quarto poder, o Poder Moderador que lhe dava direitos absolutistas, o pior era o unitarismo, que dava plenos poderes ao Rio de Janeiro de comandar o resto do país, por exemplo, Santa Catarina teria de enviar todo o imposto recolhido aqui para o Rio, e o próprio governador não seria um catarinense, um carioca provavelmente. Essa constituição levou alguns estados a rebelarem-se contra D. Pedro I, no Nordeste ocorreu a Confederação do Equador, várias províncias uniram-se lideradas por Frei Caneca (mesmo o estado e a igreja andarem de mãos dadas, existiam padres que não apoiavam as maluquices do Imperador, estavam descontentes com D. Pedro I, que havia outorgado a Constituição de 1824). D. Pedro I enviou tropas emprestadas dos ingleses (criando a dívida externa) e mataram os revoltosos inclusive Frei Caneca. O Brasil entrou numa guerra contra os argentinos, pois estavam perdendo a posse da Cisplatina, a província abaixo do Rio Grande do Sul. Na Guerra da Cisplatina D. Pedro I não perdeu só um enorme contingente, como perdeu a província (que se tornou Uruguai) e sua popularidade. Sua vida pessoal não andava bem, os escândalos envolvidos com a morte de sua primeira esposa, a relação com sua amante, a Marquesa de Santos (que levou ao rompimento com José Bonifácio), e a crescente oposição que acusava seus amigos de corruptos (Francisco Gomes, o Chalaça), D. Pedro casou-se de novo, com uma princesa de Munique, a Amélia. Mas depois, envolveu-se num outro escândalo, na morte de um jornalista de oposição, Líbero Badaró. A situação ficou muito ruim que ele decidiu Abdicar do trono, voltou a Portugal e lutou com o próprio irmão D. Miguel, pelo trono que era por direito de sua filha. Deixou a coroa no Brasil para o seu filho com apenas 4 anos. O Brasil passou a ser governado por regentes.

Regência: Existiu inicialmente uma Regência Trina e depois, uma Regência Uma. Apesar do Brasil ter vivido uma experiência “presidencialista” foi uma fase marcada por revoltas por todo o império, as províncias rebelaram-se contra o governo. Este por sua vez criou a Guarda Nacional nessa época, temos como destaque o líder da Guarda, Luís Alves Lima, o Duque de Caxias. As revoltas regenciais foram:

- **Cabanagem:** no Grão-Pará, o povo revoltou-se contra os regentes, teve apoio da elite, mas a revolta tornou-se popular, logo foi massacrado pelas tropas do governo.

- **Balaçada:** no Maranhão, os vaqueiros e balaieiros lutaram num conflito contra a regência, o movimento tornou-se uma guerrilha e não acabou nada bem para a camada popular que foi massacrada por Duque de Caxias.

- **Sabinada:** na Bahia, a elite apoiou as ideias de Francisco Sabino, que sugeriu a separação da Bahia do Brasil. As tropas massacraram os revoltosos.

A Farrapilha Foi a mais famosa revolta, os farrapos chegaram a fundar a República no Rio Grande e a República Juliana em Santa Catarina, com o apoio de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro. O líder dos Farrapos era Bento Gonçalves. Estavam descontentes com a má distribuição fiscal e sobre o preço do charque. Mais tarde entraram num acordo com o Imperador e o Rio Grande e Santa Catarina voltaram a fazer parte do Império. Duas influentes tendências políticas Conservadores e liberais, prepararam um golpe e colocaram no poder o D. Pedro II antes do tempo (com 14 anos) foi o Golpe de Maioridade, em 1840.

Dando início ao Segundo Reinado. Ocorreram muitas mudanças no Brasil neste curto espaço de tempo (1840-1889), inicialmente houve conflitos Liberais de Diogo Feijó e depois a praieira de Pedro Ivo em Pernambuco, a Revolta Praieira recebia influência das revoltas liberais que ocorriam na Europa, eram contra os antigos regimes, e nesse caso atacavam o absolutismo de D. Pedro II (pois este manteve o poder moderador), para tentar agradar tanto conservadores e liberais, maçons e religiosos, D. Pedro II criou um Parlamentarismo às avessas, que tinha como diferença do Inglês, a indicação do próprio D. Pedro II para ser o Primeiro-Ministro (Na Inglaterra o Primeiro-ministro é escolhido pelo parlamento), procurou estabelecer algumas mudanças na economia, como a criação da Tarifa Alves Branco, que era uma espécie de Protecionismo de nossos produtos (criou taxas alfandegárias para produtos importados). Isso de certa forma, fortaleceu a economia nacional, surgindo a possibilidade da criação tímida de algumas indústrias. Figuras como Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) destaca-se no cenário como industrial, cria uma fábrica de fundição de ferro, construindo maquinários e estradas de ferros, iluminando a cidade do Rio de Janeiro e controlando o transporte fluvial da Amazônia. Mas o descalço de D. Pedro II, associado às sabotagens da Inglaterra em suas empresas, arruinaram o industrial, atrasando mais a indústria brasileira. Na questão agrária, destacamos o café, como principal produto. No entanto, houve um desequilíbrio ecológico que levou a desertificação do café no Vale do Paraíba, levando inúmeros fazendeiros à falência. O Café foi reintroduzido no Oeste Paulista, utilizando novos recursos e investimentos, além da utilização de mão de obra assalariada (no Vale do Paraíba era utilizada mão de obra escrava), elevou a produção do café e garantiu o preço e o bem estar dos novos barões do café. Os escravos foram aos poucos conquistando alguns direitos. A Inglaterra tinha interesse em libertá-los pois tornariam consumidores de seus produtos, então faziam de tudo para que o Brasil fizesse a abolição. A primeira foi a Lei Eusébio Queiroz, proibindo o tráfico de escravos no Brasil, depois a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e finalmente a Lei Áurea, foi quarenta anos de campanha abolicionista. Em Santa Catarina, destacamos o poeta Cruz e Sousa, que era negro e abolicionista, pregava a igualdade entre as pessoas, participou do movimento simbolista, presentes em suas obras (Broqueis, Faróis, Últimos Sonetos...) Cruz e Sousa vivia no Desterro (atual Florianópolis) Com a diminuição dos escravos após a Lei Eusébio de Queiroz, o Imperador criou planos para a vinda de imigrantes europeus, italianos, ale-



GEOGRAFIA

1. POPULAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MÚLTIPLAS ESCALAS (PARANÁ, BRASIL, MUNDO). 1.1. TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS EM DEMOGRAFIA E POLÍTICAS DEMOGRÁFICAS. 1.2. ESTRUTURA DEMOGRÁFICA, DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E NOVOS ARRANJOS FAMILIARES. MOVIMENTOS, REDES DE MIGRAÇÃO E IMPACTOS ECONÔMICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS. POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E RISCOS AMBIENTAIS. 1.3. TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E ECONOMIA INFORMAL. 1.4. DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL DA POPULAÇÃO. 1.5. GEOGRAFIAS DAS DIFERENÇAS: QUESTÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ÉTNICO-RACIAIS. 1.6. ESPACIALIDADES E IDENTIDADES TERRITORIAIS.

No decorrer da história da humanidade, de modo geral, o ritmo de crescimento populacional foi lento. A natalidade elevada era acompanhada pela mortalidade quase na mesma proporção. A fome, as epidemias e as catástrofes naturais chegavam a dizimar povos inteiros.

Revolução industrial e crescimento da população

O acelerado crescimento demográfico mundial é relativamente recente. Inicialmente, o fenômeno restringiu-se à Europa, em decorrência da Revolução Industrial e das transformações provocadas no modo de vida e na distribuição espacial da população. Houve mudanças nos hábitos sociais e alimentares e nas relações de trabalho, além do intenso processo de migração do campo para a cidade. As condições de vida nas áreas industriais eram precárias, mas aos poucos ocorreram melhorias sanitárias significativas, avanços na medicina e a população urbana passou a ter maior acesso a serviços de saúde. Esses e outros fatores contribuíram para a diminuição da mortalidade geral e infantil, a elevação da expectativa de vida e o aumento do número de habitantes nos países industrializados europeus do século XVIII e XIX. A Revolução Industrial representou, portanto, mais do que uma transformação no modo de produção, uma transformação tecnológica e científica que atingiu todas as áreas do conhecimento, entre elas a medicina. A vacina contra a varíola foi a descoberta médica mais importante para o crescimento populacional entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Outros fatores também tiveram relevância nesse crescimento, como a utilização generalizada do trabalho infantil, que teria estimulado o aumento do número de filhos para elevar a renda familiar.

A reflexão sobre as transformações na dinâmica populacional a partir da Revolução Industrial deu origem a diferentes teorias que estudam as causas do crescimento demográfico, a capacidade dos recursos naturais para suportar o crescimento e os impactos diversos na sociedade humana; e a importantes debates sobre o tema.

Crescimento da população no século XX

A partir da década de 1950, os países em desenvolvimento passaram a registrar elevadas taxas de crescimento populacional, fenômeno que ficou conhecido como explosão demográfica. Alguns desses países chegaram a dobrar a sua população em menos de três décadas e foram os que mais contribuíram para o crescimento da população mundial no século XX. Atualmente, eles concentram mais de 80% da população do planeta, e esse índice tende a aumentar. Muitas doenças infecciosas que assolavam principalmente os países em desenvolvimento passaram a ser controladas com campanhas de vacinação em grande escala e uso de antibióticos. Essas práticas se estenderam a várias regiões do mundo, provocando declínio significativo nas taxas de mortalidade, com consequente aumento no ritmo de crescimento da população. No entanto, com o processo de urbanização em diversos países emergentes, entre eles o Brasil, as taxas de natalidade passaram a declinar, provocando sensível queda nas taxas de crescimento populacional. Se na África, onde a taxa de urbanização ainda é relativamente baixa, o número médio de filhos por mulher está próximo de cinco, na América Latina e no Caribe, onde a urbanização foi intensa, essa taxa média é praticamente a metade da africana.

População e recursos naturais

O aumento da população frequentemente tem sido apontado como principal responsável pela dilapidação dos recursos naturais. Essa visão sobre o crescimento populacional é parte da teoria comalthusiana, que surgiu entre ecologistas e ambientalistas no final da década de 1960, com a publicação do livro *A bomba populacional*, de Paul Ehrlich (1854-1915). A obra relaciona a pressão populacional sobre os recursos naturais e aponta o controle do crescimento da população como instrumento necessário para que a vida no planeta seja viável. Como os países em desenvolvimento são os maiores responsáveis pelo aumento da população mundial, o controle da natalidade neles passou a ser considerado prioritário na edificação de um mundo mais comprometido com as questões socioambientais. No entanto, os ambientalistas também argumentavam que as sociedades de consumo consolidadas estão nos países desenvolvidos, que apresentam as menores taxas de crescimento populacional e representam menos de 20% da população mundial, mas possuem as maiores rendas por habitante. Assim, a apropriação dos recursos da natureza e das fontes de energia ocorre justamente na parte menos populosa do mundo. Na sociedade de consumo novos produtos são lançados todos os dias, em substituição aos modelos anteriores. A propaganda estimula o desejo de compra, criando novas necessidades. O consumo elevado estimula a produção de mercadorias e a necessidade de exploração de recursos naturais. A tecnologia, ao mesmo tempo que possibilita a popularização do consumo, torna os produtos obsoletos num espaço de tempo cada vez menor. Portanto, os ambientalistas não se limitam à questão demográfica para discutir as ameaças ao planeta Terra em razão dos problemas ambientais, mas ressaltam também o papel negativo do consumismo.

Fome e subnutrição

Um dos maiores desafios da humanidade é o combate à fome. Em 2015, a estimativa da ONU era de que 795 milhões de pessoas no mundo ainda sofriam de subnutrição. Ao longo da última década, houve uma queda de 167 milhões no número de pessoas subnutridas, mantendo um número ainda elevado, com diferenças acentuadas entre as regiões.

A fome está relacionada à distribuição de riquezas e à desigualdade entre os países e entre os indivíduos da sociedade que os compõem. Entretanto, outras causas são responsáveis pelo agravamento do acesso aos alimentos, como desastres naturais (secas, chuvas intensas, furacões etc.); práticas agrícolas inadequadas que esgotam a fertilidade do solo; o elevado preço das sementes e de outros insumos agrícolas, que dificultam a agricultura familiar e de subsistência; a concentração de terras; a expansão da agroenergia nas terras antes destinadas ao cultivo de alimentos; e a péssima infraestrutura agrícola nos países em desenvolvimento, que contribui para encarecer o preço dos alimentos. Somam-se ainda as situações de guerras e os conflitos persistentes em algumas regiões do mundo, onde há dificuldades para a produção agrícola, o inimigo é privado de fontes de alimentação, plantações são destruídas e a chegada de ajuda humanitária de outros países muitas vezes é impedida. A África Subsaariana, por exemplo, além de apresentar deficiências socioeconômicas, tem sido palco de conflitos permanentes e de desastres naturais.

Dinâmica populacional nos países desenvolvidos

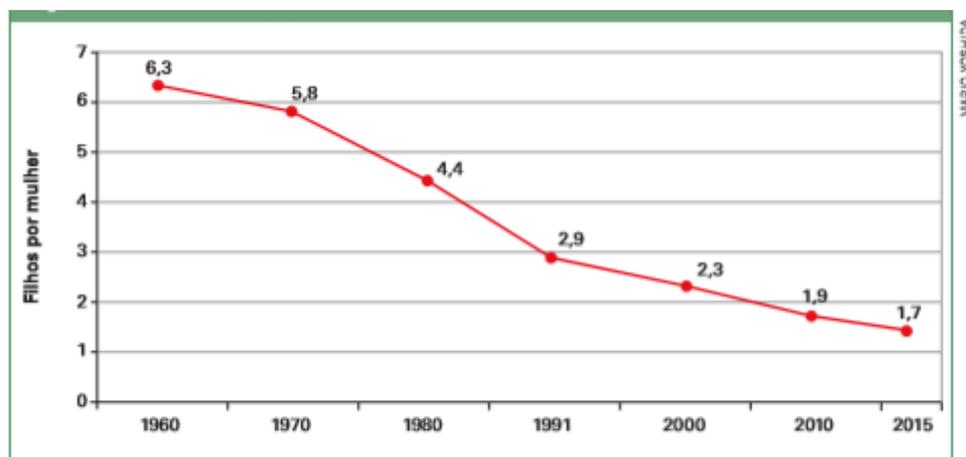
No início do século XXI, outro fenômeno começa a se apresentar no mundo desenvolvido. Trata-se da estabilização demográfica, em que as taxas de crescimento tendem a ficar em torno de 0% ao ano. Essa situação está presente no continente europeu e, provavelmente, será atingida brevemente por outros países desenvolvidos. Como alguns países também registram crescimento negativo, alguns demógrafos denominaram este novo fenômeno de implosão demográfica. Segundo previsões e projeções da ONU, a população mundial, atualmente com mais de 7,3 bilhões de habitantes, iniciará um estágio de declínio depois de atingir um contingente de aproximadamente 9,7 bilhões, por volta de 2050. Caso essa tendência se confirme, ocorrerá um processo de retração da população mundial. Será a primeira redução significativa na população mundial, desde que a peste negra assolou a Europa na Idade Média.

Brasil: crescimento da população

Há pouco mais de um século, o Brasil tinha cerca de 17 milhões de habitantes, o equivalente em 2015 a cerca de 40% da população do estado de São Paulo. De acordo com estimativas do IBGE, a população do país era de 205 milhões de habitantes no final de 2015; e o Brasil, o quinto país mais populoso do mundo.

A dinâmica demográfica brasileira ilustra o acelerado crescimento ocorrido a partir de 1940, com a queda das taxas de mortalidade nos países em desenvolvimento em razão das conquistas na medicina e do relativo avanço na área do saneamento básico. Esse processo foi contínuo até 1960, quando o crescimento populacional brasileiro atingiu o ápice, com taxas médias de quase 2,9% ao ano (entre 1950 e 1960). No entanto, com o intenso processo de urbanização a partir da década de 1960, as taxas de crescimento começaram a declinar, ou seja, a natalidade tem diminuído num ritmo superior ao da mortalidade. Em 2015, a taxa de crescimento populacional era de apenas 0,83%.

A urbanização provocou mudanças no modo de vida das mulheres e a consequente queda da natalidade. Nas cidades, as mulheres conquistaram maior espaço no mercado de trabalho, optando por ter filhos mais tarde e em menor número para viabilizar a sua vida pessoal e seu desenvolvimento profissional. Além disso, há questões como o maior custo para a criação dos filhos nas cidades, maior acesso a informações sobre métodos anticoncepcionais, a pílulas anticoncepcionais e a preservativos, oferecidos gratuitamente pelo sistema público de saúde, e a noções de planejamento familiar. No caso das mulheres de famílias mais pobres, o trabalho extradomiciliar tornou-se imprescindível para a complementação da renda familiar. A taxa de fecundidade da mulher brasileira caiu de 6,2 filhos, em 1960, para 1,9 filho, em 2010. E de acordo com a estimativa do IBGE, em 2015 era de 1,7 filho.

Brasil: taxas de fecundidade – 1960-2015*

* Projeção do IBGE.

Fonte: IBGE. Fecundidade, natalidade e mortalidade. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

Demografia: entendendo os termos

Em algum momento você pode ter visto em noticiários assuntos relacionados à queda das taxas de natalidade e mortalidade de um país e quanto isso influencia, a longo prazo, em questões políticas, econômicas e sociais dos países. O estudo do crescimento da população humana depende da análise de importantes variáveis: a natalidade, a mortalidade e outros indicadores utilizados pela demografia.

- Taxa de natalidade: número de nascidos vivos (excluídos os natimortos) em um ano, calculado a cada mil habitantes. É a relação entre os nascimentos anuais e a população total, expressa por mil habitantes. No exemplo abaixo, em um ano, para cada grupo de 1.000 habitantes, nasceram 14 crianças.

- Taxa de mortalidade: número de óbitos em um ano a cada mil. É calculada a partir da relação entre óbitos anuais e a população total, expressa por mil habitantes.

- Taxa de mortalidade infantil: número de óbitos de crianças com menos de um ano de vida, a cada mil nascidas vivas (excluindo os natimortos), considerando-se o período de um ano.

- Crescimento vegetativo: também denominado taxa de crescimento natural, corresponde à diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade.

- Crescimento demográfico: também chamado crescimento populacional, considera o crescimento natural ou vegetativo mais a migração líquida, calculada pela diferença entre a entrada de pessoas em um território e a saída delas desse território.

- Taxa de fecundidade: número médio de filhos por mulher, entre 15 e 49 anos, período considerado de procriação.

- População absoluta: total de habitantes de um lugar (cidade, estado, país ou mesmo o mundo). Um país com população absoluta elevada é considerado muito populoso; quando a população absoluta é pequena é considerado pouco populoso.

- População relativa: também chamada densidade demográfica, é a relação entre o total de habitantes (população absoluta) e a área territorial que ocupam. É expressa em habitantes por quilômetro quadrado (hab./km²).

$$\text{Densidade demográfica} = \frac{\text{população absoluta (hab.)}}{\text{área (km}^2\text{)}}$$

Composição etária e demandas socioeconômicas

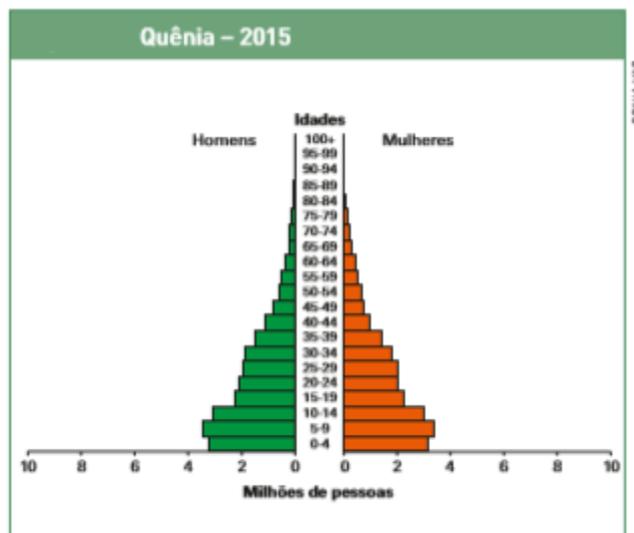
Os padrões demográficos de um país ou uma região (natalidade, mortalidade, migrações) determinam a composição da população em faixas etárias. Ao mesmo tempo que resulta do estágio de desenvolvimento socioeconômico, também influencia na economia e na divisão dos recursos em saúde, educação, formação profissional e outros. Não existe um critério único para a distribuição da população por faixa etária. O mais adotado divide a população em jovens (0-14 anos), adultos (15-65 anos) e idosos (acima de 65 anos). Essa distribuição tem como referência a população ligada ao mercado de trabalho (pessoas de 15 a 65 anos, aproximadamente), empregada ou não, e as pessoas po-

tencialmente consideradas fora desse mercado (com menos de 15 anos ou mais de 65 anos, aproximadamente). É evidente que esse critério não corresponde plenamente à realidade de diversos países – inclusive o Brasil – em que, entre as camadas sociais pobres, o trabalho infantil ainda persiste e muitos idosos são obrigados a trabalhar até morrer ou serem incapacitados por motivo de doença.

Pirâmides etárias e fases do crescimento demográfico

A pirâmide etária é uma representação gráfica da população por sexo e idade. Ela deve ser analisada a partir do número de homens e mulheres em cada faixa etária com relação à população total. Por meio da análise do formato das pirâmides etárias, é possível conhecer as alterações demográficas dos países e suas tendências ao longo do tempo. Pirâmides etárias que apresentam uma base larga indicam um grande número de jovens, e o estreitamento acentuado até o topo representa um pequeno número de idosos, ou seja, altas taxas de natalidade e baixa expectativa de vida. Um país com essa representação é considerado um país jovem, como é o caso dos países menos desenvolvidos, como o Quênia, por exemplo, de economia com base agrícola e que permanece em fase de crescimento acelerado, na segunda fase da transição demográfica.

As pirâmides que apresentam um estreitamento na base, mas o restante triangular, indicam redução das taxas de natalidade e aumento da expectativa de vida, como as de alguns países em desenvolvimento industrializados (Brasil, México, Argentina) ou de nível sociocultural mais elevado (Chile, Uruguai, Costa Rica), e estão na terceira fase da transição demográfica.



Fonte: CIA, *The World Factbook*. Disponível em: <www.cia.gov>. Acesso em: fev. 2016.

As pirâmides com formas irregulares, trechos intermediários e topos um pouco mais largos nas idades mais avançadas da população correspondem aos países com predomínio de população adulta e grande quantidade de idosos. É o caso dos países desenvolvidos, que atingiram a quarta fase da transição demográfica, a fase de estabilização demográfica, como a Alemanha, por exemplo.

Desigualdade entre gêneros

As conquistas femininas foram significativas nas últimas décadas. Registrou-se elevação dos índices de escolaridade e da presença feminina no mercado de trabalho. No entanto, a desigualdade entre gêneros ainda persiste. As oportunidades econômicas e a capacitação das mulheres permanecem profundamente limitadas, e o acesso a cuidados de saúde reprodutiva, em questões relativas à gravidez na adolescência, e à assistência pré-natal permanecem precários em boa parte do mundo. As mulheres ainda desfrutam de menos oportunidades econômicas, recebem rendimentos inferiores aos dos homens e ainda é inexpressiva a participação feminina na política e em cargos de gestão pública e privada.

A violência contra as mulheres, que persiste em diversos países do mundo, é a mais grave constatação da desigualdade entre os gêneros e da situação de submissão feminina. A maioria dos casos de violência ocorre em âmbito doméstico; no contexto social, a mulher está sujeita às mais variadas formas de agressões, como o assédio sexual no trabalho e em outras situações.

Em alguns países – como na Índia e na China – a violência começa antes do nascimento. Nesses países a preferência cultural pelo filho homem impele muitas famílias a interromperem o nascimento de meninas por meio do aborto seletivo. A população masculina atualmente supera em grande volume a população feminina, em contraste com o que acontece na maior parte do mundo.

Desigualdade de gêneros no Brasil

A população feminina apresenta níveis educacionais superiores aos da população masculina, em 2014. A média de escolaridade das mulheres é de 8 anos, enquanto a escolaridade média dos homens é de 7,5 anos de estudo. No entanto, as mulheres, com grande potencial para promover o desenvolvimento do país, ainda têm um caminho a ser percorrido para a conquista da igualdade.

Apesar da implantação de políticas públicas nas últimas duas décadas voltadas para a promoção da mulher, a desigualdade ainda persiste e atinge especialmente as mulheres mais pobres, principais vítimas da violência e da exclusão social e econômica. Os papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres e pelos homens ainda estão enraizados na sociedade brasileira. Dessa forma, apesar da implantação de leis e de instituições voltadas à proteção da mulher, a violência doméstica e as diferentes oportunidades econômicas ainda persistem. Em 2006, o governo brasileiro promulgou a Lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo condenações mais severas aos agressores.

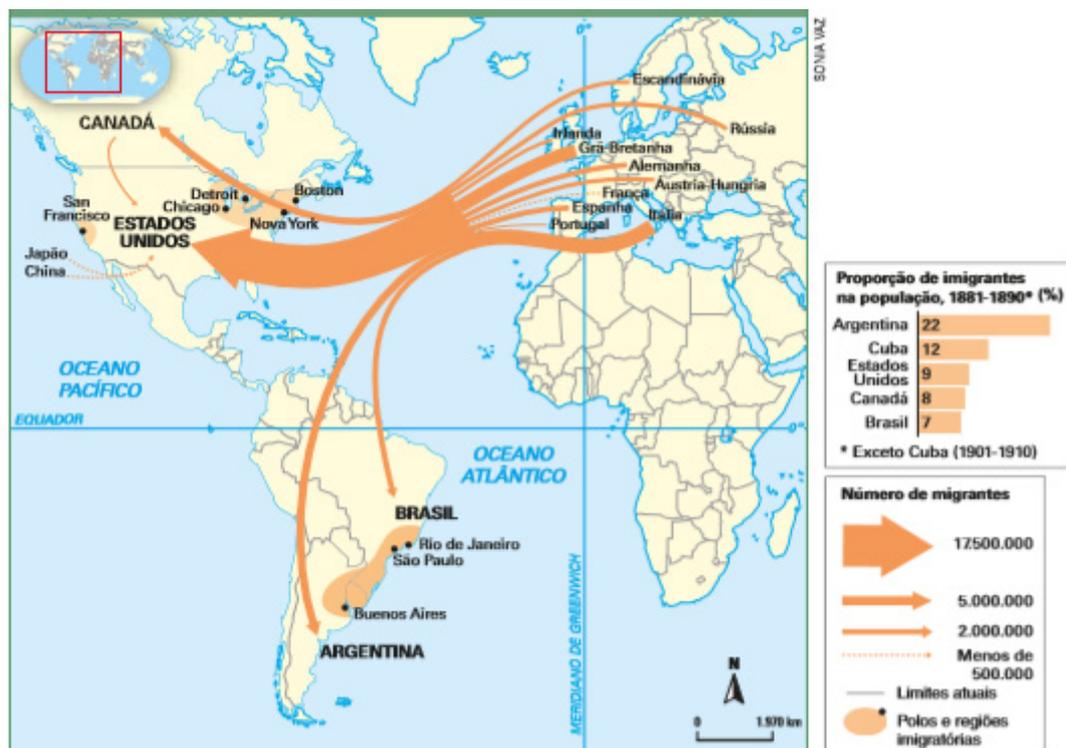
Questão da identidade sexual

Casos de desrespeito, preconceito e violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, denominados LGBT, vêm sendo cada vez mais denunciados. Nesse contexto, multiplicam-se pelo mundo associações e grupos ativistas em defesa do respeito à diversidade e à igualdade LGBT e em repúdio ao preconceito e à intolerância em relação à identidade sexual. Ampliam-se também as discussões em diferentes esferas da sociedade, envolvendo políticos, religiosos, juristas, educadores, sociólogos, entre outros atores sociais. No âmbito legal, alguns avanços no que diz respeito aos direitos dos LGBT vêm sendo conquistados. No Brasil, a união de pessoas do mesmo gênero é reconhecida desde 2013. Em 2015, por exemplo, o casamento homoafetivo foi legalizado em todos os Estados Unidos. Apesar de algumas conquistas, ainda há muita desinformação, preconceito e intolerância. A mídia e diferentes grupos ativistas vêm denunciando casos de assassinato de homossexuais no Brasil. Nos últimos anos, centenas de gays, travestis, transgêneros e lésbicas foram mortos no país. Soma-se à discriminação por homofobia inúmeros casos de intimidação, piadas preconceituosas e exclusão em diferentes grupos sociais, como no trabalho, na escola e até mesmo na família. Visando rever esse quadro, desde o início deste século, o governo brasileiro vem buscando implementar ações contra o preconceito à identidade sexual.

Globalização E migrações

A partir do século XVI até pelo menos as primeiras décadas do século XX os principais movimentos migratórios em escala transcontinental ocorriam da Europa para outras regiões do globo, sobretudo para a América, mas também para a África e a Ásia.

A grande migração transatlântica – 1881-1890



Fonte: DURAND, Marie-Françoise et al. Atlas da mundialização 2009. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 27.

Hoje, os fluxos migratórios internacionais mais importantes ocorrem sobretudo na direção inversa: dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. O sentido desses fluxos é, em muitos casos, resultado do distanciamento (cada vez maior) entre a riqueza acumulada nos países desenvolvidos e a situação de pobreza enfrentada por parcela significativa da população dos demais países. Leia o Entre aspas.

Principais fatores que impulsionam os deslocamentos

Os principais fatores que propulsionam a dinâmica migratória são a desigualdade socioeconômica entre os países, o desemprego e a falta de perspectiva. Entre os acontecimentos que estimularam as migrações internacionais nas últimas décadas, destacam-se: o ciclo recessivo da economia mundial, na década de 1980; a crise dos países socialistas e a difícil transição para uma economia de mercado, nas décadas de 1980 e 1990; as políticas neoliberais, que, ao serem incorporadas por diversos países em desenvolvimento, fragilizaram as relações trabalhistas e retiraram a proteção social. Apesar de muitos países em desenvolvimento atraírem investimentos de empresas multinacionais, em muitos casos, a entrada de empresas estrangeiras mais competitivas provoca a falência de empresas nacionais que utilizavam muita mão de obra e pouca tecnologia.

Também influenciam os deslocamentos a evolução tecnológica, que intensificou as disputas entre as empresas e a competição entre os profissionais no mercado internacional. Com as novas formas de produção de mercadorias e a crescente informatização do sistema financeiro e dos serviços bancários e comerciais, as atividades econômicas estão absorvendo cada vez menos trabalhadores, especialmente os de baixa qualificação, o que faz aumentar o desemprego. Além disso, a disseminação no uso das redes sociais e da internet, em geral, contribui para que as pessoas tenham um conhecimento ampliado sobre o mundo, sobre os diversos países, facilitando contatos e pesquisas para quem quer migrar. A crise econômica de 2007/2008 provocou, num primeiro momento, diminuição do fluxo para os países desenvolvidos, enquanto fez aumentar para alguns países emergentes, como o Brasil, que recebeu imigrantes gregos, portugueses, espanhóis, além de haitianos e africanos de vários países do continente. Entretanto, em função dos desdobramentos da crise, influenciada por problemas internos financeiro-econômicos em vários países, como a Rússia (afetada pela baixa no preço do petróleo) e o Brasil, o fluxo para alguns emergentes diminuiu. A partir de 2011, o movimento populacional voltou a crescer nos países desenvolvidos, inclusive em razão dos conflitos existentes em diversos países em desenvolvimento. Em muitos países em desenvolvimento, estruturaram-se novos centros de destino de pessoas, parte delas deixando para trás a pobreza e a falta de perspectivas econômicas, outra parte os conflitos internos, as guerras ou as perseguições de diversas ordens.



LEGISLAÇÃO

1. LEI Nº 8.069/90 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) E SUAS ALTERAÇÕES. 1.1. PARTE GERAL: TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

**TÍTULO II – DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS:
CAPÍTULOS I (DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE), II (DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE), III (DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA), IV (DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER) E V (DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO).**

**TÍTULO II
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO I
DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE**

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6 o A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7 o A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8 o A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9 o A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§ 1 o Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2 o Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1 o A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2 o Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3 o Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. (Redação dada pela Lei nº 13.010, de 2014)

§ 1 o As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2 o Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1 o É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2 o O Sistema Único de Saúde promoverá a atenção à saúde bucal das crianças e das gestantes, de forma transversal, integral e intersetorial com as demais linhas de cuidado direcionadas à mulher e à criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 3 o A atenção odontológica à criança terá função educativa protetiva e será prestada, inicialmente, antes de o bebê nascer, por meio de aconselhamento pré-natal, e, posteriormente, no sexto e no décimo segundo anos de vida, com orientações sobre saúde bucal. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4 o A criança com necessidade de cuidados odontológicos especiais será atendida pelo Sistema Único de Saúde. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 5 o É obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico. (Incluído pela Lei nº 13.438, de 2017) (Vigência)

CAPÍTULO II DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) sofrimento físico; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) lesão; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

a) humilhe; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

b) ameace gravemente; ou (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

c) ridicularize. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso: (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

V - advertência. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

CAPÍTULO III
DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 1 o Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 2 o A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito) meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 3 o A manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do § 1 o do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4 o Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial. (Incluído pela Lei nº 12.962, de 2014)

§ 5 o Será garantida a convivência integral da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6 o A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 1 o A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 2 o De posse do relatório, a autoridade judiciária poderá determinar o encaminhamento da gestante ou mãe, mediante sua expressa concordância, à rede pública de saúde e assistência social para atendimento especializado. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 3 o A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 4 o Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 5 o Após o nascimento da criança, a vontade da mãe ou de ambos os genitores, se houver pai registral ou pai indicado, deve ser manifestada na audiência a que se refere o § 1 o do art. 166 desta Lei, garantido o sigilo sobre a entrega. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6 o Na hipótese de não comparecerem à audiência nem o genitor nem representante da família extensa para confirmar a intenção de exercer o poder familiar ou a guarda, a autoridade judiciária suspenderá o poder familiar da mãe, e a criança será colocada sob a guarda provisória de quem esteja habilitado a adotá-la. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 7 o Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 8 o Na hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 9 o É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 10. Serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 1 o O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 2 o Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 3 o Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 4 o O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 5 o Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

§ 6 o Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 13.509, de 2017)

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Art. 21. O pátrio poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 1 o Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso sujeito à pena de reclusão contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. (Redação dada pela Lei nº 13.715, de 2018)

Art. 24. A perda e a suspensão do pátrio poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

SEÇÃO II DA FAMÍLIA NATURAL

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

SEÇÃO III DA FAMÍLIA SUBSTITUTA SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

§ 1 o Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 2 o Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 3 o Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 4 o Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5 o A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência